



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS-CCSA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA-DAEC
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

JUAN MONTEIRO DA SILVA

**ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA
FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO DO PRONAF SEMIÁRIDO NO MUNICÍPIO DE
CAMPINA GRANDE – PB**

**CAMPINA GRANDE
2018**

JUAN MONTEIRO DA SILVA

**ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA
AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO DO PRONAF SEMIÁRIDO
NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE – PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Bacharel em Administração pelo curso de Administração do Campus I da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Nerize Laurentino Ramos

Coorientadora: Ms.^a Maria Eduarda Dias de Araújo

**CAMPINA GRANDE - PB
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586a Silva, Juan Monteiro da.
Análise do Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar [manuscrito] : um estudo de caso do PRONAF semiárido no município de Campina Grande - PB / Juan Monteiro da Silva , Gêuda Anazile da Costa Gonçalves. - 2018.
67 p. : il. colorido.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas , 2018.
"Orientação : Prof. Dr. Nerize Laurentino Ramos , Departamento de Ciências Sociais - CEDUC."

1. Agricultura familiar. 2. Políticas públicas. 3. PRONAF semiárido . 4. Produção familiar. 5. Produtor rural.

21. ed. CDD 338.1

JUAN MONTEIRO DA SILVA

ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA
FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO DO PRONAF SEMIÁRIDO NO MUNICÍPIO DE
CAMPINA GRANDE – PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em
cumprimento às exigências para obtenção do grau de
Bacharel em Administração pelo curso de
Administração do Campus I da Universidade Estadual
da Paraíba – UEPB.

Aprovada em: 12/06/2018.

BANCA EXAMINADORA

Nerize Laurentino Ramos.
Prof.^a Dr.^a NERIZE LAURENTINO RAMOS (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/PPGDR)

Geúda Anazile da Costa Gonçalves
Prof.^a Dr.^a GÉUDA ANAZILE DA COSTA GONÇALVES
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/CCSA)

Yêda Silveira Martins Lacerda
Prof.^a Dr.^a YÊDA SILVEIRA MARTINS LACERDA
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/CCSA)

À minha família, por toda dedicação e amor.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço ao amor de **Deus**, por me fazer superar todos os desafios que surgiram durante a trajetória de formação, sem amor tamanho, nada seria possível.

Ao **Universo** por todos seus aspectos que me permitiram a dádiva de concluir esta formação somando conhecimento a cada passo dado, nesse sentido, agradeço ao tempo, que na sua sábia construção faz com que o correto aconteça.

Agradeço aos meus pais; **Rinaldo Manoel da Silva** e **Ana Inêz Monteiro da Silva**, e aos meus irmãos; **Raí Monteiro da Silva** e **Tereza Renally Monteiro da Silva**, por sempre acreditarem e incentivarem o estudo, por todo amor, credibilidade e esforço que dedicaram, muito obrigado.

À **Universidade Federal de Campina Grande - UFCG**, por me introduzir no mundo acadêmico e me apresentar o curso de Administração.

À **Universidade Federal da Paraíba – UFPB**, mais precisamente ao Campus III, da instituição, por seu receptivo abraço introduzindo a Administração na minha vida de maneira transformadora, sob a visão do cooperativismo e conseqüentemente do desenvolvimento social.

Agradeço a **Universidade Estadual da Paraíba – UEPB**, particularmente ao Campus I, por seu acolhimento e receptividade, assim como a todos os professores e professoras que fizeram parte e contribuíram para a consolidação de grandes ensinamentos. Em especial, gostaria de agradecer a Prof.^a Ms.^a **Vânia Vilma Nunes Teixeira**, por sua brilhante transmissão de conhecimentos em Contabilidade. A Prof.^a Dr.^a **Yêda Silveira Martins Lacerda**, por sua maestria e todos os momentos de incentivo, por toda luz emanada do seu ser, por acreditar e confiar. A Prof.^a Dr.^a **Gêuda Anazile da Costa Gonçalves**, por me apresentar o universo das políticas públicas construindo a base para este trabalho de conclusão. Agradeço a Prof.^a Dr.^a **Nerize Laurentino Ramos**, por sua força, orientação e compromisso. Bem como a co-orientadora Ms.^a **Maria Eduarda Dias de Araújo**, por toda sua contribuição para conclusão deste trabalho.

Ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA, Departamento de Administração e Economia-DAEC, em especial a secretária **Sonally Janine Cavalcante Lins**, por sua atenção e presteza.

Aos amigos por toda paciência e apoio.

Por tudo! À **todos** muito obrigado!

RESUMO

A agricultura familiar exerce papel fundamental no delineamento da formação social brasileira não assumindo, no entanto, papel de destaque no que se refere às políticas públicas voltadas ao seu amparo, dada à evidência de sua relevância no contexto, a partir da década de 1990 com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), principal instrumento do Estado voltado ao fortalecimento deste segmento da agricultura. A evolução do Pronaf enquanto política pública vem incrementando o conjunto de ações específicas para agricultura familiar. O objetivo geral deste trabalho é analisar os limites e as potencialidades do Pronaf Semiárido no município de Campina Grande- PB, determinando como objetivos específicos: apresentar o Pronaf e; verificar a percepção dos atores inseridos no contexto da política quanto aos seus limites e potencialidades. A metodologia utilizada foi do tipo estudo de caso de caráter exploratório descritivo considerando aspectos qualitativos para apresentação e análise dos dados. Para fundamentação da pesquisa utilizou-se de uma base de dados secundários através de livros, artigos, dissertações e dados documentais. A coleta de dados primários foi realizada através da realização de entrevistas semiestruturadas com 15% dos agricultores familiares que acessaram o Pronaf Semiárido de 2015 a 2017, e com 40% dos atores institucionais, em exercício, inseridos no programa no âmbito da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-PB). Deste modo, foram elaborados como instrumento de coleta de dados dois roteiros de entrevista, direcionados aos distintos atores em análise, ambas às abordagens baseiam-se nas categorias analíticas formais, fechadas pré-estabelecidas sob os seguintes parâmetros: Acesso; Monitoramento e; Resultados do programa. A análise de conteúdo aplicada ao objeto de estudo Pronaf Semiárido é o método base para o tratamento e a análise dos dados, que após coletados foram transcritos e grifados sob o aspecto de frases modais, caracterizando trechos expressivos no discurso dos atores para cada categoria em análise. A apresentação dos resultados parte da análise de conteúdo nas perspectivas dos atores sociais e institucionais, evidenciando frases modais quanto aos limites e potencialidades percebidos por estes, no que se refere ao Pronaf Semiárido no município, tais resultados somados a base de dados documental da pesquisa, possibilitaram posteriormente a triangulação dos dados, com aspectos comparados em convergência, complementariedade ou divergência nas informações. Conclui-se no que se refere às potencialidades do programa a relevância da assistência técnica com fatores em convergência quanto às categorias analíticas acesso e resultados. Evidenciaram-se melhorias na qualidade de vida dos agricultores que optaram por investir na sua unidade de produção familiar por meio do Pronaf Semiárido, bem como, aspectos em complementariedade ressaltando pontos importantes à serem considerados isoladamente nas potencialidades da categoria monitoramento. As principais limitações se referem à necessidade da assistência técnica em todas as etapas descritas, resultando nesta análise em todas as perspectivas comparadas de resposta, considerando tal fator como determinante para o sucesso do programa. Com isso ressalta-se a urgência na avaliação de medidas que reduzam tais limitações, priorizando o papel da assistência técnica em todas as etapas de operacionalização do programa.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar. Políticas Públicas. Pronaf Semiárido.

ABSTRACT

Family agriculture plays a fundamental role in the design of the Brazilian social formation, but it does not assume a prominent role in relation to public policies aimed at its protection, given the evidence of its relevance in the context, from the 1990s onwards. creation of the National Program for the Strengthening of Family Agriculture (Pronaf), the State's main instrument aimed at strengthening this segment of agriculture. The evolution of Pronaf as a public policy has been increasing the set of specific actions for family agriculture. The general objective of this work is to analyze the limits and the potentialities of the Semi-Arid Pronaf in the municipality of Campina Grande-PB, determining as specific objectives: to present Pronaf e; to verify the perception of the actors inserted in the context of the politics as to its limits and potentialities. The methodology used was a descriptive exploratory case study, considering qualitative aspects for data presentation and analysis. To base the research, a secondary database was used through books, articles, dissertations and documentary data. The primary data collection was carried out through semi-structured interviews with 15% of the family farmers who accessed the Semi-Arid Pronaf from 2015 to 2017, and with 40% of the institutional actors in the program included in the Technical Assistance Company and Rural Extension (EMATER-PB). Thus, two interview scripts, designed for the different actors under analysis, were prepared as a data collection tool, both approaches being based on formal, closed analytical categories pre-established under the following parameters: Access; Monitoring and; Results of the program. The content analysis applied to the semi-arid Pronaf study object is the basic method for the treatment and analysis of the data, which after being collected and labeled as modal phrases, characterizing expressive sections in the discourse of the actors for each category under analysis . The presentation of the results part of the content analysis in the perspectives of the social and institutional actors, evidencing modal phrases regarding the limits and potentialities perceived by them, in relation to Pronaf Semiarido in the municipality, such results added to the documentary database of the research, made possible the triangulation of the data, with comparative aspects in convergence, complementarity or divergence in the information. The relevance of technical assistance with convergence factors for the analytical categories access and results is concluded with regard to the potential of the program. Improvements in the quality of life of the farmers who opted to invest in their family production unit through the Semi-Arid Pronaf have been evidenced, as well as complementary aspects highlighting important points to be considered in isolation in the potentialities of the monitoring category. The main limitations refer to the need for technical assistance in all stages described, resulting in this analysis in all comparative perspectives of response, considering this factor as determinant for the success of the program. This emphasizes the urgency of evaluating measures that reduce such limitations, prioritizing the role of technical assistance in all stages of the program's operationalization.

Keywords: Family Agriculture. Public Policies. Pronaf Semiarid.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1	Agricultura Familiar	13
2.1.1	Agricultura familiar no Estado da Paraíba.....	15
2.2	Políticas Públicas	17
2.2.1	Políticas públicas na agricultura familiar.....	18
2.3	Pronaf	19
2.3.1	Pronaf Semiárido Limites e Potencialidades.....	24
3	METODOLOGIA	31
3.1	Lócus da Pesquisa	36
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	41
4.1	Análise de Conteúdo	41
4.1.1	Categoria analítica acesso.....	41
4.1.1.1	<i>Potencialidades no acesso</i>	41
4.1.1.2	<i>Limites no acesso</i>	41
4.1.2	Categoria analítica monitoramento.....	45
4.1.2.1	<i>Potencialidades no monitoramento</i>	45
4.1.2.2	<i>Limites no monitoramento</i>	47
4.1.3	Categoria analítica resultados	48
4.1.3.1	Potencialidades nos resultados.....	48
4.1.3.2	Limites nos resultados.....	49
4.2	Triangulação de Dados	50
4.2.1	Categoria analítica acesso.....	50
4.2.1.1	<i>Potencialidades nos resultados</i>	48
4.2.1.2	<i>Limites nos resultados</i>	49
4.2.2	Categoria analítica monitoramento.....	52
4.2.2.1	<i>Potencialidades nos resultados</i>	52
4.2.2.2	<i>Limites nos resultados</i>	53
4.2.3	Categoria analítica resultados.....	53
4.2.3.1	<i>Potencialidades nos resultados</i>	53
4.2.3.2	<i>Limites nos resultados</i>	55
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
	REFERÊNCIAS	60

1. INTRODUÇÃO

No espaço rural brasileiro os sistemas característicos da agricultura familiar de acordo com Aquino, Lacerda e Lima, (2014) representam o maior segmento com representatividade de 4,3 milhões de produtores rurais enquadrados na Lei nº 11.326/2006, onde metade se encontra no Nordeste de acordo com dados obtidos no último Censo Agropecuário realizado pelo IBGE (2006). Sendo as informações atribuídas com o Censo, responsáveis por direcionar políticas públicas no país no que se refere ao atendimento do setor rural, de modo que se deram início conforme Kamimura, Oliveira, Burani (2010, p.222) “[...] a publicação de vários trabalhos comparativos [...] sobre a agricultura familiar no Brasil mostrando em detalhes a evolução deste segmento na década considerada”, com informações mais precisas quanto às necessidades e características de cada unidade de produção, por suas variações de região, clima, cultura e métodos. Categorizada conforme a referida Lei se considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento com limite de até R\$360.000,00 anual e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família (SEAD, 2018).

Conceitua-se a agricultura familiar por sua dinâmica e distinção quando comparada à outras formas de agricultura. Ela se caracteriza por ser desenvolvida predominantemente por pequenos agricultores que produzem em regime familiar, reservados em propriedades de pequenas áreas, adotando em seu sistema de produção um trabalho intensificado, onde para além do que é possível ser comercializado como resultado da agricultura, também se caracteriza na produção para o autoconsumo. Por sua abrangência esclarece Oliveira (2014), que a agricultura familiar por sua diversidade enquanto a aspectos sustentáveis, e por se caracterizar em diferentes abordagens de acordo com a realidade das famílias inseridas nesse contexto, revelam necessidades de estratégias específicas para adaptação e melhor convivência no espaço rural. Observando que tais estratégias se adequam cada vez mais as questões socioambientais, aproximando a natureza dos agroecossistemas com ênfase na diversificação produtiva, de modo a se estabelecer uma melhor interação na convivência com o meio ambiente.

Por sua importância na formação socioeconômica brasileira e pela contradição, diante de tamanho descaso por parte do setor público ao longo da construção histórica do país, passou a ser alvo enfático apenas na década de 1990 por parte das políticas públicas que objetivam fortalecer o setor da agricultura familiar. Nesse cenário, a principal política pública

direcionada ao atendimento da agricultura familiar na atualidade é tida pelo Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar (Pronaf). Política pública estudada neste trabalho é resultado da mobilização dos trabalhadores do campo em exigências para o atendimento de suas demandas, foi criada em 1995 pela Resolução nº 2.191 do Banco Central do Brasil como sendo apenas uma linha de crédito destinada ao custeio agrícola e pecuário, institucionalizada em 1996 pelo Decreto nº 1.946, já direcionando o financiamento rural ao investimento agrícola e pecuário. Tal programa se destina a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra na agricultura familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais (MCR, 2018). Por promover acesso facilitado a créditos relativos à condição do agricultor, com o Pronaf surge “um leque variado de ações governamentais diferenciadas nas áreas de comercialização, assistência técnica entre outras” (AQUINO; LACERDA; LIMA, 2014, p. 52). Na perspectiva da sua evolução política, considerando em retrospecto a partir do cenário da sua criação até a atualidade, são apontadas as medidas colocadas em prática no que se refere às ações presidências de maior impacto, aplicadas a política pública Pronaf.

Correlacionando índices financeiros operacionalizados pelo programa em nível nacional considerando cinco anos no intervalo entre 2013 e 2017, observa-se o total aplicado em valores reais de R\$777.838.822.237,12 relacionados à quantidade de 11.530.016 contratos efetivados em todo o país, no Estado da Paraíba no mesmo intervalo observado somam-se em aplicações o valor de R\$1.025.294.130,78 referentes a 302.389 contratos firmados no período. Em Campina Grande, lócus desta pesquisa, no período dos cinco anos em evidência somam-se o número de 1637 contratos, onde foi aplicado o montante em reais de R\$4.001.210,13 correspondendo respectivamente com relação ao Estado ao percentual de 0,5% para o número de operações e 0,4% do montante aplicado em reais (BACEN, 2018).

Note-se em todo caso, a incipiente participação do município relativamente ao desempenho do programa no Estado. Em nível municipal não foram encontrados estudos com relação ao Pronaf, destacando como contribuições relativas ao cenário, estudos realizados no Estado da Paraíba que têm ampliado as considerações para com a agricultura familiar no que se refere ao Pronaf, nesse sentido se relacionam os estudos a exemplo de Rufino (2016), que analisa o Pronaf na agricultura familiar no município de Itaporanga-PB; Oliveira (2014) que aborda uma nova forma de modernizar o Pronaf no município de Barra de Santana-PB; já Costa (2013) traz uma avaliação do Pronaf em dois assentamentos rurais da Mata Sul Paraibana; Abreu (2013) aborda a tipificação dos agricultores familiares do agreste do Estado da Paraíba segundo a modernização; outra contribuição é apresentada por Chaves, Melo e

Soares (2009) que trazem a perspectiva da agricultura como uma alternativa para o desenvolvimento sustentável no município de Condado-PB.

O lócus desta pesquisa abrange o rural do município de Campina Grande, que se insere na mesorregião agreste e simultaneamente na região semiárida que ocupa o Estado da Paraíba, no contexto da região, sujeita a segunda maior população rural do Estado a características singulares quanto a fatores climáticos e meteorológicos que implicam em longos períodos de estiagem, secas e semiaridez. A região semiárida alvo da política pública estudada, incluiu através da expansão da sua área de extensão territorial, 24 novos municípios na Paraíba. Com o acréscimo das novas localidades, o mapa do Semiárido atualmente passou a ter 1.262 municípios e uma população total de 27.870.241 habitantes, com densidade demográfica de 25 hab/km² (INSA, 2017).

Tal cenário configura um desafio à ser superado no âmbito das políticas públicas observando a necessidade de um olhar mais próximo com relação aos programas direcionadas ao amparo da população dessa região, como é o caso do Pronaf Semiárido. A pesquisa justifica-se por considerar os fatores característicos da região adequados ao perfil do Pronaf Semiárido, e, sendo o Pronaf considerado a principal política pública para agricultura familiar, questiona-se a sua efetividade no âmbito do público-alvo da linha voltada aos agricultores do semiárido no município de Campina Grande-PB, que apresenta a segunda maior população rural do Estado.

Remetendo diante do exposto o seguinte questionamento; quais os limites e potencialidades do Pronaf Semiárido no município? Tendo em vista que este estudo tem o objetivo de analisar os limites e potencialidades do Pronaf Semiárido no município de Campina Grande-PB. Determinou-se como objetivos específicos: apresentar o Pronaf; e verificar a percepção dos atores institucionais e sociais quanto aos limites e potencialidades do Pronaf Semiárido no município.

A metodologia desta pesquisa é de caráter exploratório descritivo considerando aspectos qualitativos para a análise da política pública Pronaf Semiárido. Nesse trabalho utilizou-se de uma base de dados secundários através de livros, artigos e dissertações, e de documentos disponibilizados pela Secretaria Especial de Agricultura e Desenvolvimento Agrário (SEAD), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional do Semiárido (INSA) e a Matriz de Dados do Crédito Rural do Banco Central do Brasil.

A coleta de dados primários foi realizada através de entrevistas semiestruturadas junto a quatro agricultores familiares relacionados a amostra de 15% dos atores sociais que acessaram o Pronaf Semiárido de 2015 a 2017 observando o universo de 27 beneficiários no

período observado. E com 40% dos atores institucionais, em exercício, envolvidos com o programa no âmbito da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-PB), dos quais, no quadro de cinco técnicos agrícolas da empresa local foram entrevistados dois que atuam diretamente prestando assistência aos agricultores do município com relação ao Pronaf e outros programas que demandam intermédio da empresa, compondo a amostra observada, outros dois atores institucionais, o Coordenador Regional e o Assessor de Crédito lotados na EMATER Regional contribuíram com informações sobre o programa em nível estadual quando submetidos às entrevistas. Deste modo, foram elaborados como instrumento de coleta de dados dois roteiros de entrevista, direcionados aos distintos atores em análise, em ambas as abordagens consideram-se as categorias analíticas formais, fechadas pré-estabelecidas sob os parâmetros seguintes: Acesso: formas de acessar o Pronaf Semiárido; Monitoramento: regularidade de informações e assistência técnica para o Pronaf Semiárido e; Resultados: observando os resultados promovidos através da política pública.

Por se caracterizar como um estudo de caso pressupõe de um conjunto de ações conforme considera Gil (2009) que para este tipo de estudo, são exploradas realidades onde cenários ainda não demonstram clareza, valendo-se da descrição das situações estudadas para explicar as variáveis por suas causas. Associam-se ao tipo de estudo as características da análise de conteúdo para o tratamento, análise e apresentação dos dados, ambos os instrumentos utilizados para compreensão de situações específicas, fenômenos e escrituras da humanidade. Consideram-se as três fases de tal análise na perspectiva de Bardin apud Câmara (2013, p. 183) que aponta três fases fundamentais da análise de conteúdo: a primeira fase configura a pré análise, onde são definidos e organizados um esquema de trabalho; a exploração do material se apresenta como a segunda fase e corresponde a categorização das informações que reuni nos esquemas de análise; e a terceira fase viabiliza o tratamento dos resultados tornando-os significativos e válidos.

A análise de conteúdo é, portanto, o método base para a análise dos dados que após coletados foram transcritos e grifados sob o aspecto de frases modais, caracterizando trechos expressivos no discurso dos atores para cada categoria em análise. A apresentação dos resultados parte da análise de conteúdo apresentando nas perspectivas dos atores sociais e institucionais frases modais categorizadas quanto aos limites e potencialidades percebidos por estes, relativamente ao Pronaf Semiárido, tais resultados somados a base de dados documental da pesquisa, possibilitaram posteriormente a triangulação dos dados, com aspectos comparados em convergência, complementariedade ou divergência nas informações, para efetivar uma análise mais aprofundada dos dados.

O trabalho estruturado em três seções, além desta introdução, aborda em sua primeira parte fundamentações teóricas quanto à agricultura familiar no Brasil e no Estado da Paraíba, e ainda, acerca de definições de políticas públicas com direcionamento às que são voltadas a agricultura familiar no país. A segunda seção procura apresentar Pronaf, atendo-se especificamente a linha de crédito voltada ao Pronaf Semiárido sob seus limites e potencialidades. A apresentação e análise dos dados compõem junto à metodologia a terceira seção do estudo e demonstram por meio da técnica de análise de conteúdo, que segundo Câmara (2013) estabelece fatores de determinado fenômeno, a partir da perspectiva analítica do real, por meio da população observada. Dadas às análises sobre a discussão realizada apresentam-se as considerações finais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar designa-se assim por ser desenvolvida predominantemente por pequenos agricultores, que produzem em regime familiar, em áreas de pequenas propriedades, adotando em seu sistema de produção um trabalho intensificado, visando fornecer a base alimentar da própria família, bem como a geração de um rendimento originado da atividade no estabelecimento rural. Caracteriza-se ainda por melhor adequar-se aos agroecossistemas de modo a estabelecer melhor interação e convivência no ambiente em que se insere. A relação que ocorre entre a agricultura, a propriedade e a família é o que distancia a realidade da agricultura familiar das demais modalidades de agricultura existentes. Presente em todas as regiões, ela apresenta relevantes adaptações regionais, de acordo com Oliveira (2014, p. 38) “o Universo Agrário familiar, seja em função da grande diversidade ambiental, econômica e social, torna-se complexo em virtude dos diferentes tipos de condições e de agricultores, traduzindo-se em diferentes estratégias de sobrevivência e adaptação”. Um momento de transformação da agricultura familiar no Brasil, particularmente na região Nordeste, se refere ao período onde muitos agricultores foram impelidos a abandonar suas terras, na busca por sobrevivência em regiões mais abundantes em recursos, considerando um cenário de grandes períodos de estiagem, e conseqüente escassez de água, menos empregos no setor primário, baixas condições de sobrevivência, nos deparamos com o êxodo rural que transformou o cenário socioeconômico no país.

Neste cenário, sobre a realidade dos agricultores familiares como setor parte da sociedade, carente de políticas públicas como consideram Aquino, Lacerda e Lima (2014, p.51) “têm em comum o fato de terem sido historicamente relegadas no Brasil, politicamente excluídas de acesso a recursos e, não raro, serem questionadas quanto a sua relevância social e econômica”. A agricultura familiar somente, a partir da década de 1990, passou a ganhar destaque na agenda política nacional, quando de acordo com Silva e Pereira (2008, p. 40) houveram no campo econômico “diversos estudos que apontavam o ‘tamanho’ da agricultura familiar e a sua capilaridade em todo o território nacional, de forma que não poderia ser negligenciada”. A ação pública em resposta a extensiva demanda de apoio e incentivo por parte da agricultura familiar no Brasil.

O termo agricultura familiar, denomina articulação entre trabalho, produção e unidade de habitação, tal contexto social engloba um estilo de vida essencial no delineamento da atividade rural no Brasil. Neste aspecto a Lei nº 11.326/2006 marca um momento particular para agricultura familiar visto “além de institucionalizar a categoria política ‘agricultura familiar’ definiu as diretrizes legais para a implementação de uma política nacional de apoio a tal grupo de produtores” (AQUINO; LACERDA; LIMA, 2014, p. 52). Tais mecanismos contribuíram de maneira significativa para o desenvolvimento do setor. Conforme a referida Lei é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento com limite de R\$360.000,00 anual e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família (SEAD, 2018). Nessas condições percebe-se o potencial produtivo do setor quando aliamos a informação do último Censo Agropecuário (2006) realizado no Brasil.

[...] a participação da agricultura familiar em algumas culturas selecionadas: produziam 87,0% da produção nacional de mandioca, 70,0% da produção de feijão, 46,0% do milho, 38,0% do café, 34,0% do arroz, 58,0% do leite, possuíam 59,0% do plantel de suínos, 50,0% do plantel de aves, 30,0% dos bovinos, e produziam 21,0% do trigo. A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a da soja (16,0%), um dos principais produtos da pauta de exportação brasileira. (IBGE, 2006).

O Censo Agropecuário (2006) mostrou que a agricultura familiar responde por 50% da produção dos itens que compõem a cesta básica consumida pelos brasileiros. Na atualidade, dentre as mais diversas relações existentes com o espaço rural, a agricultura familiar, se destaca em mérito social e grande necessidade de amparo por políticas públicas, visto que, dentre o número de estabelecimentos voltados a agropecuária no Brasil segundo dados do

ultimo Censo Agropecuário (2006), 84% destes estão inseridos no contexto da agricultura familiar, com relação a região do semiárido brasileiro apresentam-se o número de estabelecimentos percentual de 89% dedicados a esta cultura.

Por sua vez, a agricultura familiar considerando os meios de produção e a relação de impactos ambientais consideravelmente inferiores em relação à agricultura convencional de larga escala, como explica Brandenburg (2017, p.154) que atribui à agricultura familiar “a partir da noção de ‘transição’ ou da transição do paradigma de produção agrícola moderno (convencional) para um paradigma de produção ecológico ou sustentável”. Estando mais próxima dos princípios agroecológicos, consideram Soares, Melo e Chaves, (2009) seja pela sua lógica produtiva, por sua tradição de policultura ou mesmo por não se basear apenas na produtividade, diferenciando-se da agricultura patronal de larga escala, observa-se nos indicadores do IBGE relativos ao Censo Agropecuário 1995/1996 que direcionaram o embasamento do estudo FAO/INCRA coordenado por Guanzioli e Cardim (2000, apud TINOCO, 2008, p.3) onde:

[...] verificaram que quando se calculou a Renda Total por hectare, a agricultura familiar mostrava-se muito mais eficiente que a patronal, produzindo uma média de R\$104,00/ha/ano contra apenas R\$44,00/ha/ano dos agricultores patronais. Segundo os autores, essa constatação refere-se ao rendimento do fator terra, em cujo uso os agricultores familiares revelaram-se mais eficientes, utilizando uma proporção maior de sua área em sistemas intensivos, tentando aproveitar ao máximo sua área total, isso porque a terra é um fator limitante para ele, e por isso tem que intensificar seu uso. Os patronais, pelo contrário, têm terra abundante, e por este motivo a tendência é a utilização da melhor parte de sua terra com um sistema intensivo, no qual ele vai ter provavelmente maior eficiência técnica e vai destinar o restante da área a um sistema mais extensivo.

Distinguindo os tipos de agricultura familiar e patronal contribui na construção do cenário Buainain (2003, p.320) quando observando em análise comparativa caracteriza que “os agricultores familiares utilizam os recursos produtivos de forma mais eficiente que os patronais, pois, mesmo detendo menor proporção da terra e do financiamento disponível, produzem e empregam mais que os patronais”. A agricultura familiar no Brasil é um importante vetor de transformação, capaz de gerar melhor qualidade de vida e renda aos brasileiros, contribui com empregabilidade, alimentos mais saudáveis, estilos de vida mais sustentáveis, além de gerar resultados econômicos para o país. São inúmeros os fatores que potencializam a agricultura familiar observando o retorno social obtido no desempenho dessa forma específica de agricultura, que direciona sua produção para maioria dos produtos consumidos pelos brasileiros, portanto, inserida em um mercado consumidor potencial.

2.1.1. Agricultura familiar no Estado da Paraíba

Seguindo a concepção suscitada do histórico da agricultura familiar no Brasil, no Estado da Paraíba a agricultura familiar não parece diferir do cenário nacional no que se refere às necessidades sociais demandadas, quando apesar da sua importância histórica e do potencial econômico apresentado pelo setor, na Paraíba, segundo Aquino, Lacerda e Lima (2014, p.53) “há uma grande heterogeneidade e desigualdade social no interior dessa categoria de produtores, onde a maioria são extremamente pobres e apenas uma pequena parcela consegue sobreviver a partir da atividade agropecuária”. O que demonstra a necessidade de políticas públicas que fomentem o desenvolvimento local.

Reflexo do abandono, muitos agricultores se viram impelidos a buscar outras alternativas fora do campo, contribuindo para o cenário no Estado da Paraíba descrito por Sousa e Targino (2009, p.13) “em 2000, 71% da população paraibana estava concentrada na zona urbana e 39% na zona rural. Esses dados confirmam o fenômeno do êxodo rural, ou seja, um despovoamento do campo e uma concentração populacional nas cidades” tais circunstâncias sociais caracterizam um cenário de prejuízo para o rural do Estado, onde a falta de pessoal no contexto rural contribui significativamente para atraso da região, que necessariamente passa a demandar por mais interferência do Estado na solução de seus agravados problemas. A ação efetiva de políticas públicas no âmbito de promover o desenvolvimento da agricultura familiar no Estado da Paraíba é o vetor de transformação para superar os desafios da atualidade, a crescente demanda por produtos de base agroecológica provenientes da agricultura familiar, trazem à tona questões ambientais, de consumo e de políticas públicas que criam novas visões paradigmáticas para a agricultura familiar e para como com ela lidamos.

No Estado da Paraíba a agricultura familiar se apresenta segundo Sousa e Targino (2009, p.26) como “responsável por mais de 80% do emprego rural, como também por, aproximadamente, 40% da produção animal e vegetal paraibana. Vale destacar a relevância deste setor na produção das principais lavouras”. O Censo Agropecuário (2006) contribuiu para o levantamento de informações importantes para a agricultura no Estado da Paraíba, informações referentes ao percentual de 30,31% dos estabelecimentos do Estado voltados à agricultura familiar possuem menos de dois hectares de terra, no outro extremo, voltados à mesma atividade apenas 2,6% dos estabelecimentos possuem acima de 100 hectares. Quanto aos resultados financeiros, o referido censo apresenta a receita no valor da produção anual da agricultura familiar de R\$836,149,00 valor que corresponde ao aspecto financeiro

movimentado pelo setor no período, sendo notável a necessidade de incentivo para o fortalecimento desta agricultura no Estado.

Nesse sentido, para Soares, Melo e Chaves (2009, p.57). “No sertão paraibano, caracterizado pela predominância de pequenas propriedades agrícolas, a agricultura familiar oferece uma grande contribuição ao desenvolvimento econômico da região”. Indicadores que fornecem a base de atuação de políticas públicas específicas de amparo à agricultura familiar contribuem para o desenvolvimento econômico, social e ambiental no Estado. O que corresponde a mais um avanço no sentido de garantir o amparo a qualidade de vida, o acesso à informação técnica, bem como, as políticas públicas direcionadas ao setor. Das principais políticas públicas direcionadas ao amparo da agricultura familiar, objeto deste estudo, se destaca o Pronaf, tratado em tópico específico.

2.2. POLÍTICAS PÚBLICAS

Considerada uma área do conhecimento na Ciência Política, as ciências públicas foram adquirindo autonomia e status científico a partir de meados do século XX na Europa e Estados Unidos. No Brasil, entretanto, apenas no final dos anos de 1970 e começo de 1980 tiveram início efetivo os estudos de políticas públicas, com a publicação de trabalhos sobre a formação histórica das ações do governo, Dias e Matos (2012) as define como um conjunto de princípios formulados sob a perspectiva de ação dirigida pelo Estado para solucionar demandas da população. Uma política pública pode ser considerada um programa de ação de um governo, que pode ser executada pelos próprios órgãos governamentais ou por organizações do terceiro setor (ONGs, OSCIPs, Fundações, etc.) investidas de poder público e legitimidade governamental pelo estabelecimento de parcerias com o Estado (como por exemplo, as agências de desenvolvimento).

A ação efetiva de uma política pública se revela na transformação social quando observadas as ações do agente público segundo determinados critérios que conduzem a efetivas linhas de ação no atendimento da demanda social. Sendo o papel da administração pública zelar pela garantia dos direitos das populações nos seus distintos segmentos, responsabilizando-se de acordo com a visão atribuída por Matias Pereira *apud* Rufino, (2016, p.3) “pela fiscalização e coordenação das políticas que o governo desempenha para manter a igualdade social [...] de forma que possa alcançar a eficiência, eficácia e a garantia na qualidade à população através dos serviços oferecidos”. Sob princípios da administração pública revestida de conduta ética e moral.

Política pública em sua definição compreende segundo Secchi apud Oliveira e Peixoto (2015, p. 72) compreendem que “são os contornos da definição de um problema público que dão à política o adjetivo ‘pública’ ”. Note-se que o impacto de uma política pública reverbera na sociedade para com exigências quanto ao retorno social gerado, cobranças cada vez mais presentes na sociedade em várias frentes. No sentido de potencializar a abordagem das políticas públicas independentemente do seu tipo, acrescenta Oliveira (2014), que a análise das dinâmicas mercadológicas é de fundamental importância para atender as peculiaridades e aspectos regionais naturais do desenvolvimento de cada sociedade. O sucesso na implantação de uma política pública depende diretamente da ação efetiva do Estado no sentido de promover uma gestão que fomente o desenvolvimento dos diversos setores por viabilizar soluções específicas.

2.2.1. Políticas públicas para a agricultura familiar

Em diversas frentes as políticas públicas de amparo aos agricultores familiares atendem aos critérios da demanda pública, visto que, buscam solucionar problemas de representativo segmento social considerando aspectos sociais, econômicos e ambientais. O reforço necessário das ações públicas para solução das questões relacionadas à agricultura familiar se pauta, segundo Belik (2015) na necessidade de ações que reduzam a desigualdade presente entre os agricultores familiares do meio rural no Brasil, para que se criem maiores possibilidades de abordagens com a finalidade de apoiar e fortalecer a agricultura familiar.

Da ascensão política enquanto agricultores familiares, a disseminação de políticas públicas de amparo ao segmento, representa o avanço na conquista por direitos fundamentais para o desenvolvimento deste modo de agricultura no rural brasileiro. Nesse sentido, mecanismos de categorização, tais como a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e a Lei nº 11.326/2006 são essenciais já que atuam como pré-requisito no acesso dos agricultores a outras políticas voltadas especificamente a agricultura familiar, à exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que surge em 1995 e a partir da safra 2003/2004 passa a ajustar várias mudanças na sua abordagem, embora mantenha suas bases de desenvolvimento em fatores creditícios e na assistência técnica. Somaram-se instrumentos de apoio na forma de seguros, garantias de preço e safra. Outras implementações relevantes se pautam nos programas; Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), bem como em iniciativas voltadas à infraestrutura dos espaços rurais para a agricultura familiar (SCHRÖDER, 2010).

Com relação à outra política tão fundamental quanto abrangente no contexto da agricultura familiar, Souza e Targino (2009, p.26) destacam o relevante papel social da previdência como “outra política pública de grande importância para os pequenos produtores é a Previdência Social, os beneficiários previdenciários reforçam a capacidade de investimento dos agricultores familiares, garantido a permanência das pessoas no campo”. Somadas a outras iniciativas do poder público, tais políticas formam o arcabouço de amparo a agricultura familiar, e contribuem diretamente para o desenvolvimento do setor.

Dada a “importância da agricultura familiar na organização do espaço agrário paraibano, destaca-se a necessidade de um maior suporte de políticas de assistência técnica e creditícia, buscando promover uma maior produtividade neste setor” (SOUSA; TARGINO, 2009). O que implica no reforço imediato de intervenções públicas que ofereçam alternativas para de fato fortalecer esse universo de realidades carentes.

2.3. PRONAF

O Pronaf na atualidade é considerado a mais importante ação direcionada ao atendimento das demandas para a agricultura familiar no país. Criado em 24/08/1995 pela Resolução n° 2.191 do Banco Central do Brasil e instituído pelo Decreto n° 1.946 em 24/06/1996 “fruto da mobilização dos trabalhadores do campo, e, com ele, um leque variado de ações governamentais diferenciadas nas áreas de comercialização, assistência técnica” (AQUINO; LACERDA; LIMA, 2014, p.51). Com o Pronaf, surge um olhar mais atento por parte do Estado para assegurar dignidade e melhores condições de vida aos agricultores familiares, considerando que tais ações direcionadas ao setor, contribuem para o desenvolvimento econômico, social e ambiental das localidades onde são aplicados.

Na perspectiva da sua evolução, considerando em retrospecto a partir do cenário da sua criação até o contexto atual, observa-se sob o aspecto do regime presidencialista as medidas aplicadas por cada representante no que se refere à política pública Pronaf, quando da sua criação em 1995, institucionalização em 1996, sua evolução no sentido de tornar mais abrangente o seu guarda-chuva para o fortalecimento dos agricultores familiares a partir do Plano Safra para Agricultura Familiar 2003, considerando o significativo aumento com escala superior a 90%, no que se refere aos recursos aplicados à política no intervalo de doze anos a partir da inserção do mencionado Plano Safra, percebe-se o aumento significativo conforme exposto nos seguintes aspectos:

[...] destaca a construção do Pronaf no governo Fernando Henrique Cardoso e os seus avanços a partir de 2003, com diretrizes do Governo Lula para os programas[...] unindo políticas de segurança alimentar e inclusão social com o fortalecimento da agricultura familiar [...] As diretrizes continuaram no Governo Dilma [...] Este incremento pode ser evidenciado nos avanços dos recursos aplicados no Pronaf, que saltaram de R\$ 2,3 bilhões, aplicados na safra 2002/2003, para 28,9 bilhões, aplicados na safra 2015/2016 (SEAD, 2015, p.03).

Observa-se, no entanto, na escolha da Presidente Dilma Rousseff para ocupar o ministério da Agricultura um direcionamento político quanto ao segmento priorizado, nesse contexto, como “um indício claro da alternativa escolhida pela presidente, que naquele momento não priorizou os setores populares e deu sinais favoráveis aos interesses de latifundiários, instituições bancárias, empreiteiros e grupos empresariais” (PÉRICAS, 2016, p.86). Com tal mudança a agricultura familiar perde espaço para o setor do agronegócio, se colocando em estado de alerta no tocante a preservação das suas conquistas políticas, tal evidência se revela no exposto a seguir quando ressalta o autor:

O governo provisório do golpista Michel Temer, desde o momento em que tomou posse, começou a aplicar gradualmente sua agenda política conservadora, estimulando o desmonte paulatino do Estado e empreendendo ataques incisivos aos direitos sociais conquistados nos anos recentes (PÉRICAS, 2016, p.85).

O programa em todo caso segue com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável na agricultura familiar, destinando apoio creditício às atividades exploradas pelo agricultor e sua família no espaço rural, intuindo o aumento da capacidade produtiva, melhoria da renda e conseqüente estímulo à geração de empregos, de modo que suas bases de criação se pautam no aspecto creditício atendendo demandas para o fortalecimento da agricultura familiar. Como afirmaram Schneider, Cazella e Mattei (2004), o programa por disponibilizar crédito e assistência técnica aos agricultores financiando projetos que gerem renda incrementando a capacidade produtiva das famílias. De modo, a proporcionar obtenção de crédito com taxas inferiores às de mercado, se configura o programa com maior volume de recursos financeiros destinados pelo Governo para agricultura familiar.

A DAP é pré-requisito para contratação de operações vinculadas à política, foi criada para identificar e qualificar o agricultor familiar e permitir acesso diferenciado com relação ao crédito e políticas específicas para cada segmento, bem como, para diferentes finalidades. Atualmente, a DAP concede acesso a mais de 15 políticas públicas, dentre elas o crédito rural do Pronaf, os programas de compras, a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), o Programa Garantia-Safra e o Seguro da Agricultura Familiar. O agricultor deve estar com o CPF regularizado e livre de dívidas. As condições de acesso ao crédito Pronaf, formas de

pagamento e taxas de juros correspondentes a cada linha de financiamento são definidas, anualmente, a cada Plano Safra da Agricultura Familiar (SEAD, 2018).

A política de base creditícia incorpora o progresso técnico como instrumento redução da desigualdade movimentando a economia das localidades onde são aplicados os recursos, permitindo ainda que se adaptem projetos voltados a melhor convivência com o meio ambiente. Nesse contexto, o Pronaf financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares operando com as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais.

Por meio do Decreto nº 9.064 de 31 de maio de 2017, foi instituído o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), que vigorará em substituição a DAP quando este for implementado. Será competido a Secretária Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário a implementação e a gestão do CAF. E até que se conclua a implementação do CAF, a DAP permanece como instrumento de identificação e de qualificação da Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA) e dos empreendimentos familiares rurais. De modo que é previsto no Art. 6º do mencionado Decreto que o CAF substituirá a DAP para fins de acesso às ações e às políticas públicas destinadas à UFPA e aos empreendimentos familiares rurais. (BRASIL, 2017)

Para terem acesso ao Pronaf os beneficiários precisam atender a requisitos, tais como expõe o BNDES (2018): a exploração de parte da terra na forma de proprietário entre outras formas; residir na propriedade ou em local próximo, não dispor a qualquer título de área superior a quatro módulos fiscais¹, obter, no mínimo, 50% da renda bruta familiar originada da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento; ter o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento; ter obtido renda bruta anual familiar de até R\$ 360 mil nos últimos 12 meses de produção normal que antecedem a solicitação da DAP. Os agricultores são classificados em grupos que direcionam o perfil do crédito a ser acessado, o programa apresenta de acordo com a SEAD (2018) os grupos: “A” que são agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), “A/C” agricultores familiares assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF que (1) tenham

¹ Módulo fiscal é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município levando-se em conta: (a) o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; (d) o conceito de "propriedade familiar". A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade. O valor do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares.

contratado a primeira operação no Grupo “A” e (2) não tenham contratado financiamento de custeio, exceto no próprio Grupo “A/C”; para a renda bruta anual de até R\$ 20mil enquadra-se ao Grupo B e até R\$ 360mil para o Grupo V (Renda Variável).

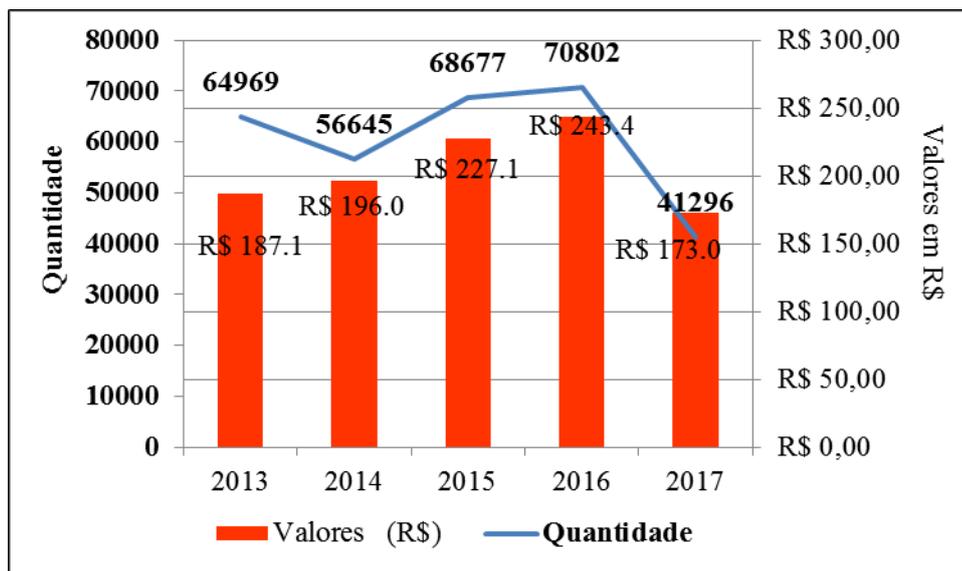
Para atender às necessidades de maneira mais aproximada a realidade do agricultor familiar em sua cultura, tal programa tem por objetivo apoiar financeiramente atividades de acordo com projetos específicos, destinando-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar. Nesse sentido o Pronaf oferece entre outras, as seguintes alternativas em linhas de crédito de acordo com o: Pronaf Custeio; Pronaf Mais Alimentos - Investimento; Pronaf Agroindústria; Pronaf Agroecologia; Pronaf Eco; Pronaf Floresta; Pronaf Mulher; Pronaf Jovem; Microcrédito Rural. Pronaf Semiárido linha específica para o financiamento de investimentos em projetos de convivência com o semiárido priorizando infraestrutura hídrica de acordo com a realidade das famílias (BANCO DO BRASIL, 2018).

O programa por sua amplitude de ações e linhas crédito incrementa a renda dos agricultores através de créditos direcionados ao perfil das famílias, contribuindo para que continuem presentes alimentos que são essenciais na mesa dos brasileiros oriundos dessa agricultura. Propondo-se a levar desenvolvimento e geração de renda financiando projetos. Para Rufino (2016, p.6) é um “dos principais financiamentos [...] dos pequenos produtores ligado ao crédito agrícola, agregando valor ao produto e a sua propriedade, e aos produtores e consequentemente aumentando sua renda e produção” quanto maior viabilidade dos objetivos.

Por sua abrangência apresenta contratações em todas as regiões do país, com avanços acumulados ao longo de 23 anos de operacionalização, tem se aproximado das distintas realidades que assume a agricultura familiar. As medidas se somam na ampliação das linhas de crédito, por características regionais, ou mesmo, por público alvo. Tornando o atendimento mais específico no que se refere a busca de solução para diversas demandas que se apresentam na realidade desta agricultura.

Com relação às contratações do programa em nível nacional considerando cinco anos no intervalo de 2013 a 2017, conforme o Bacen (2018) observa-se o total aplicado em reais de R\$777.838.822.237,12 relacionados a quantidade de 11.530.016 contratos efetivados no país, o Estado da Paraíba no intervalo observado soma em aplicações o valor de R\$1.025.294.130,78 percentuais inferiores a 1% com relação ao montante nacional, referentes a 302.389 contratos firmados no período com percentual de 2,62% comparados com a escala nacional, observa-se na relação entre a quantidade de contratos e o montante financeiro aplicado, índices regulares entre os anos de 2013 e 2016, seguido em 2017 de queda considerável nos dois aspectos apresentados no gráfico 01 a seguir:

Gráfico 01 – Contratações do Pronaf na Paraíba



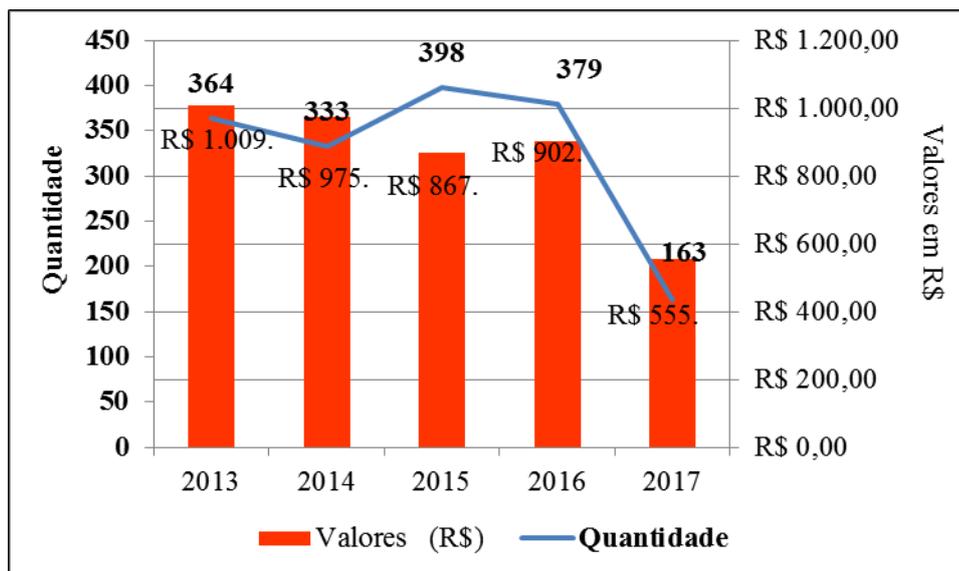
Fonte: BACEN (2018)

No último biênio representado no gráfico 01 apresenta-se a maior depressão ocorrida no intervalo observado em termos das quantidades de contratos e dos montantes financeiros aplicados à política, é possível relacionar o prejuízo social com o cenário de instabilidade política no país, somada a fatores climáticos, observando-se longo período de estiagem, consequente escassez e racionamento de água, como fatores desafios para o fortalecimento desta modalidade de agricultura no Estado.

O Estado da Paraíba em sua territorialidade se insere em grande parte na região semiárida, fatores climáticos e meteorológicos, se caracterizam como problemas para convivência nesta região, os baixos índices de chuva registrados anualmente, junto à predominância do sol na maior parte do ano se somam como fatores que provocam fenômenos específicos a regiões que apresentam tais características.

Refletindo os resultados apresentados pelo Estado, o município de Campina Grande-PB apresenta uma sequência proporcional semelhante ao comportamento observado no gráfico anterior, considerando os fatores ambientais mencionados anteriormente, visto que, o município está inserido na região agreste e simultaneamente na região semiárida. No mesmo período dos cinco anos observados anteriormente somam-se o número de 1637 contratos, onde foram aplicados o montante em reais de R\$4.001.210,13, respondendo por apenas 4% do valor injetado pela política no Estado no intervalo em evidência. Note-se no gráfico 02 a seguir a depressão em relação às quantidades e ao montante financeiro, aplicados à localidade.

Gráfico 02 – Contratações do Pronaf em Campina Grande – PB



Fonte: BACEN (2018)

No que se refere à economia local é perceptível no gráfico 02 o impacto negativo apresentado no ano de 2017 em relação ao ano anterior, apresenta-se uma redução no montante financeiro à margem percentual de 60% (sessenta por cento), bem como, no que se refere à quantidade de contratos que apresenta redução para o ano em evidência de 40%. Evidenciando o cenário de prejuízo social para o Pronaf enquanto política pública no município de Campina Grande no cenário observado.

2.3.1. Pronaf Semiárido Limites e Potencialidades

O Pronaf Semiárido surge junto ao Plano Safra para a Agricultura Familiar 2003/2004, período definido como estratégico para adequação ao calendário da safra agrícola, com vigência de julho a junho do ano seguinte, a cada ano ele é atualizado no sentido de promover maior adequação da política as realidades onde a mesma é operacionalizada. Entre as ações viabilizadas por meio da política pública, segundo a (SEAD, 2017, p.01) “abrangem os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, crédito, seguro da produção, garantia de preços, comercialização e organização econômica das famílias residentes no campo” para tornar o atendimento da política mais específico quanto às demandas que abrangem predominantemente características dos estados da Região Nordeste, com o intuito de se aproximar da realidade dos agricultores familiares inseridos no semiárido, incentiva a implementação de infraestruturas hídricas que possibilitem melhor convivência e

adaptabilidade as condições da região. No estudo do Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, coordenado por Guanziroli e Cardim (2000, p.24), relacionando-se aspectos do Censo Agropecuário 1996/1997 compõem para agricultura familiar o seguinte cenário:

A região Nordeste é a que apresenta o maior número de minifúndios [...] com 58,8% de seus estabelecimentos familiares com menos de 5 ha. Entre esses agricultores, a área média é de 1,7 ha por estabelecimento. Quando somados aos 21,9% dos estabelecimentos com 5 ha a menos de 20 ha, os quais possuem uma área média de 9,8 ha por estabelecimento, obtém-se 81% dos estabelecimentos familiares desta região. Considerando somente a pequena área disponível e que uma grande parte destes estabelecimentos está situada na região do semiárido nordestino, estes agricultores dificilmente terão perspectivas de melhoria e potencialização de seus sistemas produtivos.

No sentido de superar tais circunstâncias a ação do Pronaf Semiárido procura conhecer as necessidades do ambiente para propor alternativas por meio da linha de crédito que se adapte a tal realidade, para através da política pública “vincular benefícios ao atendimento das regiões devastadas pela seca, como vimos na região semiárida” (MALAGODI, 2017, p.51). Atribuindo do seu direcionamento para realidades locais o conseqüente incentivo à produção regional. Quanto ao direcionamento das políticas públicas para a região semiárida passaram a orientar questões de infraestrutura para adaptar as populações da região as condições naturais do ambiente. Nesse sentido explana no seguinte trecho:

Assim, as negociações políticas direcionam seus argumentos rumo a uma infraestrutura adequada adaptada ao clima semiárido baseado em conhecimentos tradicionais no manejo com este meio ambiente. No bojo destas negociações, os novos atores políticos desenvolvem a linha argumentativa associando a distribuição do conhecimento de técnicas agrícolas adequadas ao meio ambiente com as infraestruturas apropriadas com aquele ecossistema. Ao associar estas duas medidas, seria possível diminuir a vulnerabilidade dos grupos sociais desprivilegiados daquela região (TEIXEIRA, 2016, p.775).

De modo que tal abordagem resulte em melhores condições de vida para as populações o compromisso com as diretrizes dos programas políticos pressupõem fator determinante para a eficiência em forma de retorno social.

A linha de crédito apresenta por finalidade financiar projetos de convivência com o Semiárido, destinados à implantação, ampliação recuperação ou modernização da infraestrutura produtiva, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários. Por se caracterizar como uma linha de financiamento complementar, seus beneficiários são agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B e Grupo V (renda variável) (BNB, 2018).

As características financeiras do Pronaf Semiárido se referem a créditos de investimento com taxa de juros de 2,5% a.a. para projetos de convivência com o semiárido, seu limite financiável é de até R\$20.000,00. Sendo seus beneficiários os produtores familiares que detenham a DAP. Entre as vantagens desta linha de crédito também são oferecidos um prazo de dez anos para o pagamento do financiamento, sendo três anos de carência podendo se estender para cinco anos quando a atividade assistida demonstrar a necessidade de mais prazo conforme comprovação do projeto técnico (BANCO DO BRASIL, 2018).

Com relação ao Pronaf Semiárido, Rufino (2016) destaca o difícil acesso ao programa, considerando aspectos burocráticos aos quais se sujeitam os agricultores, que por falta de informações se colocam em circunstâncias desafiadoras para o efetivo acesso à política. E mesmo diante da sua relevância o programa em suas linhas gerais, segundo a Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER) (2017), “o Pronaf não atingiu 50% dos agricultores familiares no Brasil”. Evidenciando os desafios para o atendimento da demanda por parte do acesso a política pública. A sua expansão, entretanto, está diretamente relacionada ao alcance de adesão do programa, nesse contexto, o Pronaf estando presente em quase todos os municípios do país corresponde, segundo Mattei (2015, p.17) “que as condições de acesso aos recursos financeiros e demais instrumentos do programa vão sendo paulatinamente disponibilizadas para os diversos segmentos que compõem a agricultura familiar brasileira”. Dessa forma o conhecimento da demanda local com especialidade, no sentido de fornecer a melhor alternativa técnica e financeira ao agricultor de maneira direcionada, é fundamental para o efetivo emprego do programa e sua consequente expansão em termos de abrangência territorial.

O Pronaf Semiárido no que se refere ao monitoramento das suas atividades visa atender as demandas do agricultor familiar por meio de assistência técnica, como no caso do objeto de estudo deste trabalho, onde a mesma é exigida como pré-requisito para contratação do crédito e efetivação da política. Seu papel é determinante para os resultados do Pronaf, segundo Oliveira (2014, p.89) ocorre “quanto ao processo de contratação e liberação de recursos identificou-se que a assistência técnica é essencial para o sucesso do Pronaf” reforçando a sua importância para a efetividade do programa. Como enfoca Silva (2008) considerando que para o sucesso da contratação do crédito vinculado ao Pronaf, de modo a tais resultados impactarem as realidades dos agricultores familiares significativamente nas atividades produtivas, se dará quando isto for um reflexo da qualificação dos agentes envolvidos em todas as etapas da execução da política. Observa-se na atuação prevista o aumento substancial na possibilidade de se alcançarem os objetivos do programa,

contribuindo para o fortalecimento da agricultura com resultados relevantes, quanto ao investimento realizado.

Assim, por tratar de uma política de crédito configura ao ator social na figura do agricultor familiar, um cenário de risco ao contratar o investimento, visto que, Mattei (2015) ao considerar os aspectos financeiros dentre esses obstáculos, destaca que a lógica da operacionalização financeira do programa continua seguindo as formas do sistema tradicional de crédito, tornando os agricultores familiares reféns dos interesses dos agentes financeiros.

No caso da linha de crédito Pronaf Semiárido, por assistir especificamente as necessidades dessa região, prioriza projetos ligados à infraestrutura hídrica das famílias como ação fundamental para o seu desenvolvimento já que enfrenta períodos longos de estiagem, levando a um cenário onde características sociais somadas a fatores climáticos meteorológicos demandam uma atenção especializada para o atendimento da região, tão carente em recursos, planejamento e informação técnica. A disseminação das práticas de convivência na região contribuem para o fortalecimento da agricultura familiar proporcionando adaptabilidade a tais condições. Nesse sentido, uma ação apresentando resultados importantes ocorreu quando cerca de “54 mil tecnologias sociais de acesso à água foram entregues para famílias do Semiárido entre jan. e set. de 2016. Com os reservatórios, os sertanejos passam a ter acesso à água de qualidade para beber, cozinhar e para a produção de alimentos e criação de animais” (MDS, 2016). No entanto considerando as demandas regionais Abreu (2013, p.145) ressalta que os programas de “incentivo à modernização avançaram pouco no [...] auxílio técnico para inserção de novas tecnologias, até mesmo para propiciar melhor convivência com a ausência água” parâmetros que evidenciam a importância da avaliação constante das políticas públicas.

O crédito possibilita o desenvolvimento do agricultor em sua unidade de produção dignificando-o através das ruralidades contemporâneas, e neste cenário, se valem das políticas públicas para permanecer em meio ao rural. Conforme o entendimento de Soares, Melo e Chaves (2009, p.59) “a agricultura familiar se torna uma estratégia de desenvolvimento rural que promove o rápido processo de inovação na indústria e nos serviços, sem piorar as taxas de desemprego no ambiente urbano”. Fator socioeconômico relevante para embasar os impactos positivos do programa no ambiente e na transformação social. Visto possibilitar o incremento da renda, além de garantir o próprio consumo de produtos diversos aos agricultores, contribuindo para a dignificação do trabalhador rural ampliando a possibilidade de enquadramento em políticas públicas específicas ao seu amparo, e ainda com relação ao meio ambiente o impacto de sua ação na natureza é consideravelmente baixo em relação a outras modalidades de agricultura.

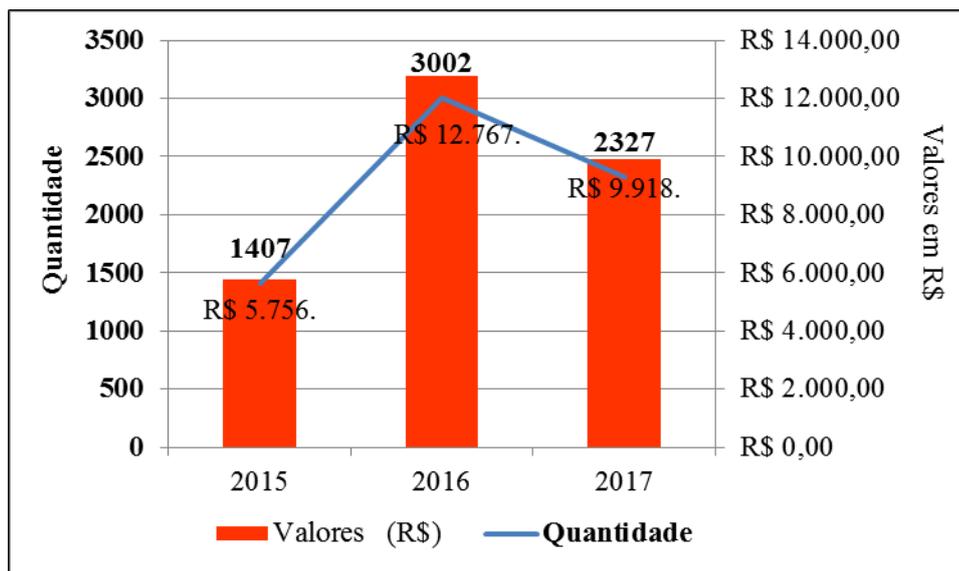
Entre os aspectos limitantes do programa surgem abordagens quanto a incapacidade dos agricultores em honrar o pagamento do crédito, ponto não assegurado convenientemente pelas autoridades públicas, já que via de regra os beneficiários precisam se submeter a negociações e resseguros dos financiamentos que ficam em atraso. Outros fatores relacionados a tais limitações são para Guanzirolli (2007) à falta de integração dos mercados; incapacidade, falta ou baixa qualidade técnica; dificuldades em gerir os recursos financeiros. Com relação aos módulos fiscais, medida em hectares que correspondentes à extensão territorial da unidade familiar de produção, apresenta diferentes áreas para as diversas regiões do país, o fator limitante a este respeito corresponde a não consideração das individualidades na demarcação de tal limite em cada propriedade nos municípios.

Quanto às unidades familiares de produção na agricultura familiar, destaca Oliveira (2014, p. 29) que “os estabelecimentos familiares estão limitados a áreas pequenas, que não permitem um aumento do rebanho, como forma de capitalização”. Deste modo, é importante que haja cada vez mais informação técnica que contribua diretamente para maior capacidade de retorno nos investimentos amparados pelo programa. Projetos que considerem fatores que possibilitem adaptações as realidades das famílias, seja por especificidades com relação a área da propriedade, recursos disponíveis e potenciais, cultura, fatores relacionados a mão de obra familiar, atendendo sob medida de projetos as necessidades das famílias consubstanciando tais fatores aos aspectos creditícios que resultem em maiores possibilidades de retorno.

Por tratar de projetos relacionados a infraestrutura hídrica a serem implantados, ampliados ou reformados nas unidades de produção familiar, especifica-se nesse sentido o foco do investimento realizado por meio da política pública Pronaf Semiárido voltando-se para sistemas de produção que se fortaleçam por meio de mecanismos adequados o manejo produtivo na realidade observada do agricultor familiar.

Apresentam-se os respectivos valores correspondentes às quantidades de contratos e o total do montante em valores reais (R\$) aplicados entre janeiro de 2015 a dezembro de 2017, onde, para a linha de crédito voltada à região semiárida em todo o Brasil foram acessados em sua totalidade 83.116 contratos e destinados um montante de R\$399.181.778,21 para toda região. No mesmo período o montante acessado na Paraíba representa o irrisório percentual financeiro de 1% do total apresentado, somando R\$28.427.610,94 resultado de 6.736 contratos que representa 5,6% do total acessado em toda região semiárida, a escala representando a evolução das quantidades e do montante reservado ao atendimento do Pronaf Semiárido no Estado da Paraíba é apresentado a seguir no gráfico 03:

Gráfico 03 – Contratações do Pronaf Semiárido na Paraíba –PB



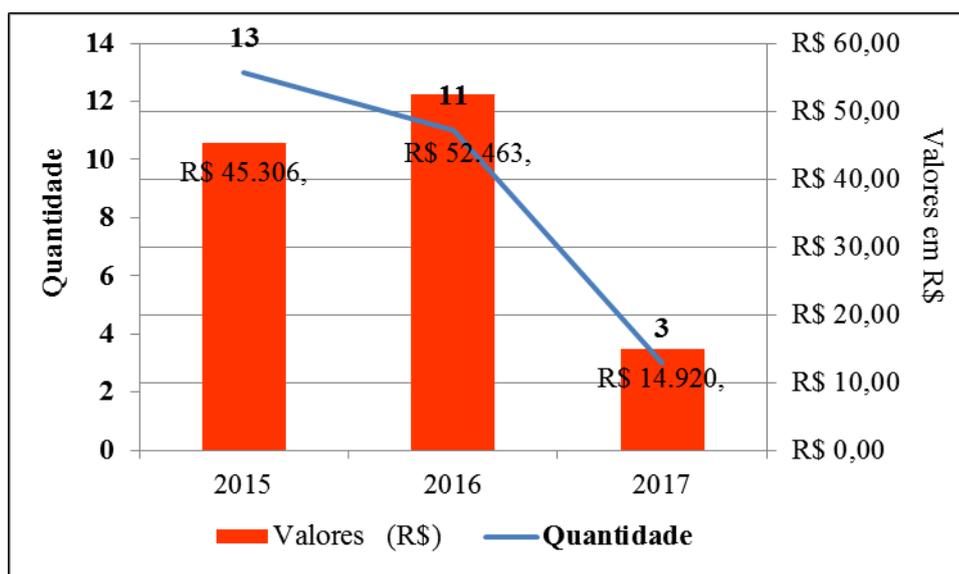
Fonte: BACEN (2018)

Note-se que o desempenho teve um avanço significativo nos dois aspectos; quantidade de contratos e valores aplicados no intervalo entre 2015 e 2016, no entanto, seguido no ano posterior da ocorrência de uma redução em ambos os aspectos. Relacionando a quantidade de contratos efetivados no espaço temporal em evidência com a quantidade de estabelecimentos inseridos no contexto da agricultura familiar na região semiárida, onde segundo IBGE (2010) 111.442 se dedicam a agricultura familiar na região semiárida, para o total de contratos observados de 6.736, temos uma média de representatividade percentual de 6% na adesão do Pronaf Semiárido no Estado.

A população total da Paraíba segundo levantamento do Censo (2010) apresenta população de 3.766.528 habitantes, sendo 75,4% situados no ambiente urbano, e os demais 24,6% representado por 926.565 habitantes se encontram na zona rural do Estado. Relacionando a quantidade de contratos com a população rural em nível estadual evidencia-se o baixo desempenho da política no que se refere a sua adesão no Estado.

Situando o município de Campina Grande no contexto da política pública Pronaf Semiárido, observa-se o desempenho de 27 contratos acessados no período dos anos de 2015 a 2017 movimentando o montante em valores reais de R\$112.690,05 para agricultores da região semiárida do município, tais números representam em dados percentuais desempenhos inferiores a 1% do resultado financeiro da política no Estado. Diante do levantamento de tais índices é perceptível a necessidade de incentivo para o fortalecimento da agricultura familiar por meio da política pública Pronaf Semiárido.

Gráfico 04 – Contratações do Pronaf Semiárido em Campina Grande – PB



Fonte: BACEN (2018)

Quanto à distribuição dos índices numéricos levantados no intervalo observado entre os anos apresentados no gráfico 04, percebe-se um declínio constante no que se refere à quantidade de contratos, com percentual de redução chegando a níveis superiores a 70% no intervalo do último ano observado. Em se tratando do montante financeiro em valores reais há um aumento evidenciado entre os anos de 2015 e 2016, porém, assim como evidenciado com relação à quantidade de contratos, para o montante em valores reais a redução percentual no ano de 2017 apresenta queda no índice a níveis superiores a 70%. Caracterizando um cenário de prejuízo para o fortalecimento da agricultura familiar no município haja vista a redução observada em ambos os aspectos no ano de 2017.

Nesse contexto, os limites são percebidos como fatores que impactam negativamente o desenvolvimento da política pública e se pautam nos aspectos categorizados quanto ao acesso, monitoramento e resultados, observando situações onde em tais aspectos a operacionalização da política foi comprometida, por limitações variáveis, tais como o tempo ou o não enquadramento no aspecto financeiro, principalmente, demonstrando pontos a serem direcionadas ações corretivas. Já as potencialidades pontuam considerações sobre bons direcionamentos na operacionalização do Pronaf Semiárido, considerando para análise as categorias analíticas já mencionadas, trazendo perspectivas de benefícios e satisfação por parte dos atores com relação aos aspectos facilitadores, propriamente ditos, da implementação do programa, enfocando paradigmas passíveis de reforço estratégico para o melhor desempenho da política.

3. METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa é de caráter exploratório descritivo considerando os aspectos qualitativos para a análise da política pública Pronaf Semiárido. Para fundamentação da pesquisa utilizou-se de uma base de dados secundários através de livros, artigos e dissertações, e de documentos disponibilizados pela Secretaria Especial de Agricultura e Desenvolvimento Agrário (SEAD), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional do Semiárido (INSA) e a Matriz de dados do Crédito Rural do Banco Central do Brasil. A coleta de dados primários foi realizada através da realização de entrevistas semiestruturadas, com os agricultores familiares que acessaram o Pronaf Semiárido e os atores institucionais envolvidos com o programa no âmbito da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-PB).

Caracteriza-se como estudo de caso um conjunto de ações conforme apresenta Gil (2009) que considera no atendimento deste tipo de estudo, a exploração da realidade onde cenários ainda não são percebidos com clareza, onde há a descrição das situações estudadas no contexto da investigação e pontuando ainda a explicação das variáveis por suas causas fenomenológicas. A análise de conteúdo é a base para o tratamento e análise dos dados, desta pesquisa, tal método se faz presente como instrumento para compreensão da realidade desde as primeiras tentativas da humanidade para entender situações específicas, fenômenos e escrituras.

O princípio da análise de conteúdo é definido na demonstração da estrutura e dos elementos desse conteúdo para esclarecer diferentes características e extrair sua significação. A análise de conteúdo não obedece à etapas rígidas, mas sim a uma reconstrução simultânea com as percepções do pesquisador com vias possíveis nem sempre claramente balizadas (SILVA; GOBBY; SIMÃO, 2005, p.75).

Enfocando a diversidade de abordagens que emergem no uso de tal análise, para Guerra (2014, p.38) “A análise de conteúdo é uma técnica de tratamento de dados coletados, que visa à interpretação de material de caráter qualitativo, assegurando uma descrição objetiva, sistemática e com a riqueza manifesta no momento da coleta dos mesmos”. Assim as categorias analíticas agrupam elementos direcionando os discursos dos atores nas respectivas alternativas de enquadramento evidenciadas à luz dos limites e potencialidades. Nesse sentido, foram pré-determinadas as categorias fechadas que tratam do acesso: formas de acessar o Pronaf Semiárido; Monitoramento: regularidade de informações e assistência técnica para o Pronaf Semiárido e; Resultados: observando os resultados promovidos através

da política pública. Para Silva e Fossá (2015, p.7) “a opção pela análise categorial se respalda no fato de que é a melhor alternativa quando se quer estudar valores, opiniões, atitudes e crenças, através de dados qualitativos”. Deste modo, para a interpretação dos dados por meio da análise de conteúdo, observando que, as categorias analíticas para esta pesquisa adotam o modelo fechado por compreenderem a operacionalização do Pronaf Semiárido no sistema de crédito convencional, atendendo a etapas indispensáveis em que se pautam as categorias analíticas, cabendo aos atores inseridos no processo submeterem-se via de regra a tais etapas para efetivação da política. Os dados observados sob tais critérios preconizam a análise de conteúdo como uma técnica “que irá analisar o que foi dito nas entrevistas ou observado pelo pesquisador. Na análise do material, busca-se classificá-los em temas ou categorias que auxiliam na compreensão do que está por trás dos discursos” (SILVA; FOSSÁ, 2015, p.2). Esquematizando os dados em tais parâmetros para efetuar a análise.

Compreende-se como uma ferramenta na construção da análise de dados às informações coletadas por meio das entrevistas semiestruturadas aplicadas nas abordagens junto aos atores pesquisados, via análise de conteúdo, posteriormente os dados coletados são destacados evidenciando por meio das falas extraídas dos discursos como caracterizado a seguir:

[...] enquanto método da pesquisa qualitativa que segue orientação da perspectiva fenomenológica; admite que a realidade não existe no vácuo, mas é um produto social. Dessa forma, as ideias dos atores e suas concepções de mundo estão representadas nas suas falas, na sua realidade. A consciência da realidade social não está expressa apenas no discurso declarado, ao optar pela utilização da técnica de análise de discurso, cabe ao investigador social tentar compreender e revelar as entrelinhas nas falas dos atores, já que estas exteriorizam suas construções acerca de dada realidade (SILVA; GOBBY; SIMÃO, 2005, p.80).

Os dados destacados para análise são definidos como frases modais e caracterizam-se como recortes no conteúdo, ou como trechos expressivos no discurso dos atores organizados de modo a oferecer um significado direcionado ao embasamento das categorias analíticas que atendem ao objetivo da pesquisa. No entendimento de frase modal para Silva, Gobbi e Simão (2005, p.76) os “recortes devem alcançar o sentido profundo do conteúdo ou passar ao largo das ideias essenciais [...] as unidades consistem em fragmentos do discurso manifesto como palavras, expressões, frases ou ainda ideias referentes a temas recortados”. Os dados coletados através das entrevistas foram categorizados para abordar as categorias analíticas elencadas. Todas as entrevistas foram realizadas com o auxílio de gravações e os dados em seguida

foram transcritos e grifados sob o aspecto de frases modais, para apresentar os resultados predominantemente por análise de conteúdo.

Considerando as três fases de tal análise na perspectiva de Bardin (2011, apud Camara 2013, p. 183) que considera três fases fundamentais da análise de conteúdo: a primeira fase configura a pré análise, onde são definidos e organizados um esquema de trabalho; a exploração do material se apresenta como a segunda fase e corresponde a categorização das informações reunidas nos esquemas de análise; e a terceira fase viabiliza o tratamento dos resultados tornando-os significativos e válidos.

Na perspectiva anterior deve-se iniciar as atividades segundo Câmara (2013, p.183) “escolhendo os documentos a serem analisados. No caso de entrevistas, elas serão transcritas e a sua reunião constituirá o corpus da pesquisa”. Observando os dados coletados sob a ótica em que o Pronaf Semiárido oferece uma alternativa eficiente no que diz respeito ao atendimento das necessidades do agricultor familiar da região semiárida, que, depois de enquadrado sob regime específico possibilitado pela Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), se habilita às diversas políticas públicas voltadas ao seu amparo. Para tanto, apresenta nas fases de análise de conteúdo e tratamento dos dados coletados, a percepção dos atores envolvidos com a política, categorizando-as à luz dos limites e potencialidades.

A pesquisa bibliográfica perpassou toda a elaboração desta pesquisa, entendendo que a “pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado [...] inclui teses, anais, dissertações e anais de eventos científicos [...] bem como o material disponibilizado na internet” (GIL, 2010, p.29). A pesquisa documental também é utilizada a partir de materiais que não receberam tratamento analítico intuindo compreender para explicar a realidade, refere-se a resultados das organizações, “[...] a relação entre os dados obtidos e a fundamentação teórica, é que dará sentido à interpretação (CAMARA, 2013, p.189)”. Nesta perspectiva a pesquisa se configura de caráter descritivo, posto que, efetua registro e análise de determinada população estabelecendo relações entre as variáveis.

Na fase de pré análise de conteúdo, são definidos e organizados os esquemas de trabalho com a estruturação das bases de pesquisa e o levantamento documental bibliográfico gerando conteúdo para conceber aos roteiros de entrevista e as categorias analíticas. Atribuindo quatorze (14) questionamentos aos agricultores e dezoito (18) para com a abordagem institucional da empresa EMATER regional/local, em ambos aludindo aos parâmetros observados nas categorias analíticas. O levantamento dos dados coletados, formam a base para a análise qualitativa que, segundo Guerra (2014, p.11) “objetiva aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda ações dos indivíduos, grupos ou

organizações em seu ambiente ou contexto social” extraindo da realidade observada informações relevantes para cumprir com o objetivo da pesquisa. Os dados qualitativos analisados através da técnica de análise de conteúdo apresentam a percepção de quatro (04) atores institucionais ligados a EMATER-PB, com relação aos atores sociais representados no universo de vinte e sete (27) agricultores familiares locais que aderiram ao Pronaf Semiárido entre os anos 2015-2017, dos quais, quatro (04), correspondendo à amostra de 15% do universo, compõem por acessibilidade o objeto de análise desta pesquisa. Percebendo o sentido da amostra por acessibilidade no entendimento de Gil (2009, p.94) onde “[...] o pesquisador seleciona elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma representar o universo” considerando a indisponibilidade de locomoção para pesquisar de modo mais amplo o universo em destaque, optou-se por este tipo de amostra considerando os dados levantados suficientes para atender ao objetivo geral proposto neste trabalho.

Referente ao recorte espacial, a pesquisa de campo foi realizada entre os meses de novembro e dezembro de 2017, sendo aplicadas nesse período oito entrevistas compostas por um roteiro semiestruturado. Os entrevistados em sua totalidade foram informados dos objetivos da pesquisa e consentiram que fossem gravados os relatos. As primeiras entrevistas se deram junto a dois representantes da EMATER-PB Regional, com o Coordenador Regional, e o Assessor de Crédito respectivamente, no município de Campina Grande – PB. Na ocasião, sendo direcionado a empresa local a EMATER Campina Grande, para obter mais informações relacionadas ao município. Nesse contexto, foi possível além das informações coletadas por meio das gravações consentidas em outras duas entrevistas junto aos Técnicos Agrícolas da EMATER Local, ter acesso ao contato dos agricultores assistidos pelo Pronaf Semiárido, visto estes terem efetivado contratos por intermédio da empresa em questão. Englobando o mesmo recorte espacial se deram os deslocamentos até as propriedades dos agricultores familiares, situados nas comunidades rurais próximas ao perímetro urbano do município: sítio Fazenda Velha; sítio Monte Alegre; sítio Várzea do Capim; sítio Craibeira. Chegando às propriedades sem aviso prévio, seguindo as coordenadas dos técnicos da EMATER como referências para encontrar as localidades, de modo que foi possível efetivar quatro abordagens seguindo o roteiro semiestruturado e com a autorização dos entrevistados foram gravadas as entrevistas em sua integralidade. Em todas as entrevistas realizadas houve uma variação entre 30 e 50 minutos em duração.

A exploração do material se apresenta como a segunda fase da análise de conteúdo e corresponde a categorização que reuni as informações nos esquemas de trabalho nas perspectivas dos atores institucionais representados pela EMATER-PB, e atores sociais que

são os agricultores familiares que contrataram o Pronaf Semiárido, vistas sob as categorias analíticas pré estabelecidas, atendendo a regras básicas definidas por Barros e Lehfeld, (2000, apud PIANA, 2009, p. 186):

a) o conjunto de categorias deve ser derivado em um único princípio de classificação; b) o conjunto de categorias deve abranger toda e qualquer resposta obtida; c) as categorias devem ser mutuamente exclusivas, isto é, não deve ser possível colocar determinada resposta em mais de uma categoria de conjunto.

Sob o princípio de classificação derivado da observação da política pública Pronaf Semiárido por suas características específicas voltadas ao público-alvo de tal região, identifica-se na transcrição das falas para cada categoria, frases modais que configuram elementos base para análise de conteúdo, relacionando tais falas dos atores sociais e atores institucionais à luz dos limites e potencialidades. Observam-se nesta etapa da análise informações relativas aos discursos dos atores direcionadas a cada categoria contexto da análise da política.

Nesse sentido, posteriormente aos resultados da análise de conteúdo, possibilitou-se a triangulação dos dados somando o aspecto documental à análise anterior extraem-se diferentes visões a respeito do tema pesquisado para responder aos objetivos pré-definidos, combinando-se distintos tipos de dados sob uma abordagem teórica, produzindo-se um conhecimento adicional em relação ao que seria possível adotando-se uma única perspectiva, Scriven et al. (2013, apud ZAPPELLINI e FEUERSCHUTTE, 2015, p.244), considera por meio de tal abordagem que “a triangulação permite que o fenômeno em estudo seja abordado de diferentes formas, ou por meio de métodos múltiplos, em tempos e com base em fontes diferentes”. Em se tratando deste aspecto a triangulação é feita sob as informações de múltiplos discursos que tratam das categorias em análise.

A categorização final das unidades de análise: A categorização final se refere a uma análise de reconsideração da alocação dos conteúdos e sua categorização a partir de um processo iterativo característico do modelo circular da pesquisa qualitativa. O processo permite uma análise mais profunda dos recortes com base em critérios discutidos e incorporados (SILVA; GOBBY; SIMÃO, 2005, p.76).

Como produto da terceira fase da análise de conteúdo, viabilizado o tratamento dos resultados, tornando-os significativos e válidos à luz dos limites e potencialidades para cada categoria analítica observada no contexto da política pública, valendo-se do tratamento dos dados nas perspectivas anteriormente apresentadas dadas as percepções dos atores sociais, institucionais, somando-se os dados documentais, apresentam-se os resultados sob a base

metodológica de Flick, (2013, apud Zappellini e Feuerschutte, 2015, p.250) que considera a possibilidade de três alternativas de triangulação: a de convergência dos resultados quando estes se confirmam parcial ou totalmente uns aos outros; complementação de resultados quando se referem a aspectos diferentes, porém complementares para a pesquisa; A terceira possibilidade de resultado caracteriza a divergência ou contradição dos dados coletados.

Deste modo, a entrada das informações ocorre no eixo da análise de conteúdo, e a apresentação dos resultados desta análise são inseridos nas categorias analíticas formais pré-estabelecidas relacionando os discursos dos atores institucionais, ligados a EMATER-PB, com os discursos dos atores sociais representados pelos agricultores familiares que aderiram ao Pronaf Semiárido, os dados depois de categorizados nas perspectivas fechadas quanto ao acesso; monitoramento e resultados do programa tiveram por base o processamento das informações sob os aspectos de limites e potencialidades para cada categoria observada. Aplicada posteriormente sob a análise de conteúdo a perspectiva da triangulação somando à base de dados documental as perspectivas dos atores sociais e institucionais, e apesar das categorias analíticas serem fechadas com base na teoria estudada, sentiu-se a necessidade de estabelecer critérios para fazer a análise final mais aprofundada. Tais critérios de comparação são importantes para o alinhamento dos resultados com os objetivos deste trabalho. Os dados observados em convergência demonstram o alinhamento das informações inseridas na análise, a complementação pontua aspectos que se somam na perspectiva abordada e a divergência demonstra contrariedades observadas nos discursos.

3.1. LÓCUS DA PESQUISA

De acordo com Teixeira (2016, p.773) “a delimitação da área reconhecida cientificamente como Semiárido no Brasil, foi feita em 1991 pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)”. Da totalidade dos domicílios existentes na região aproximadamente 61,97% se encontram na área urbana e cerca de 38,03% no espaço rural (IBGE, 2010). Devido a sua extensão territorial de 1.127.953 Km² e a imensidão de culturas que se encontram nesta região, por suas características tão singulares no que se refere à natureza, clima, agricultura, temos que em sua relevância se destaca a necessidade de políticas públicas direcionadas ao amparo da região que soma vários significados:

O termo semiárido envolve uma referência climática, que marca uma característica do ecossistema desta região, que é o índice de pluviosidade baixa, isto é, menor de 800mm ao ano. O período de chuva também se restringe a três ou quatro meses

durante o ano. Além disso, existe um índice de insolação grande, tendo sol quase todos os dias do ano. A temperatura varia entre 23°C e 27°C. O solo desta região é rochoso, arenoso e raso, que somado ao clima da região é apontado por estudiosos como propenso à desertificação (TEIXEIRA, 2016, p.773).

A região semiárida como um todo ocupa nove Estados da federação do extremo norte do Piauí-PI ao norte do Estado de Minas Gerais-MG, englobando outros sete Estados nordestinos, de modo que ligando os extremos envolvemos: Ceará-CE; Rio Grande do Norte-RN; Paraíba-PB; Pernambuco-PE; Alagoas-AL; e Bahia-BA. Região alvo da política pública incluiu através da expansão da sua área de extensão territorial, 24 novos municípios na Paraíba, totalizando 194 municípios, o Estado com maior número de municípios incorporados à região em última determinação. Com o acréscimo das novas localidades, o mapa do Semiárido atualmente passou a ter 1.262 municípios e uma população total de 27.870.241 habitantes, com densidade demográfica de 25 hab/km² (INSA, 2017).

Figura 01 – Mapa do Semiárido Brasileiro



Fonte: INSA (2017)

No Brasil considerando o número de estabelecimentos voltados a agropecuária segundo dados do último Censo Agropecuário de (2006) apresenta-se um total de 5.175.636

estabelecimentos, onde o percentual correspondente a 84% destes, 4.347.534 são agricultores familiares.

Na região do semiárido apresentam-se 1.713.545 estabelecimentos, sendo o percentual de 89% representado por 1.527.861 estabelecimentos dedicados à agricultura familiar. O Estado da Paraíba apresentou nestes parâmetros, o total de 126.757 estabelecimentos agropecuários e destes, 87% representando o quantitativo de 111.442 se dedicam a agricultura familiar na região semiárida do Estado (IBGE, 2006).

A seguir, apresenta-se na figura 02 o recorte espacial da região semiárida referente ao Estado da Paraíba, localizando o município de Campina Grande-PB, lócus desta pesquisa, que compreende com área da unidade territorial de 593,026 km², e de acordo com dados do IBGE (2010) possui população de 367.209 habitantes, com o percentual de 5% representando o número de 18.004 habitantes na zona rural e 84% destes dedicam-se a agricultura familiar.

Figura 02 – Localização de Campina Grande-PB no Semiárido



Fonte: INSA (2017)

Lócus da pesquisa, o município de Campina Grande, Região Semiárida do Estado da Paraíba, possui módulos fiscais correspondentes à medida limite de 48 hectares, para o acesso ao programa no município, tal determinação correlaciona o tipo de exploração, a renda oriunda da atividade, outras explorações no município que não as predominantes e o conceito de unidade familiar no rural do município (EMBRAPA, 2018).

Com relação à linha de financiamento Pronaf Semiárido nos anos entre 2015-2017 de acordo com BACEN (2018), a Paraíba apresenta 6.736 contratos de investimento, injetando o montante de R\$28.427.610,94 na economia local. Campina Grande possui no mesmo período vinte e sete contratos que correspondem em reais ao montante de R\$112.849,86. Tal programa no município está ligado a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, EMATER, em suas unidades locais a empresa surge como representante dos serviços públicos prestados aos agricultores familiares tomadores do Pronaf. De modo que promove ações individuais e coletivas no auxílio da política, inclusive como um dos órgãos emissores da DAP, vinculada à Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado, integrante do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER), criada pelo Decreto Estadual número 6.755, de 18 de dezembro de 1975, assinado pelo Governador Ivan Bichara Sobreira. Sendo objetivos básicos da EMATER-PB:

I - Colaborar com os órgãos competentes da Secretaria da Agricultura e Abastecimento e do Ministério da Agricultura na formulação e execução das políticas de assistência técnica e extensão no Estado;

II - Planejar, coordenar e executar programas de assistência técnica e extensão rural, visando a difusão de conhecimentos de natureza técnica, econômica e social, para aumento da produção e produtividade agrícola e a melhoria das condições de vida no meio rural do estado da Paraíba, de acordo com a política de ação dos Governos Federal e Estadual (EMATER, 2017).

O Estado da Paraíba no âmbito da EMATER apresenta uma unidade de atendimento em nível estadual, 15 empresas regionais que prestam assessoria em diversas especialidades aos 223 escritórios municipais que trabalham atendendo diretamente os agricultores. No município de Campina Grande se encontram uma das unidades regionais com assessores especializados em áreas diversas que atendem as demandas de assessoria técnica. A empresa local no município conta em seu quadro funcional com cinco Técnicos Agrícolas e o atendimento orientado por parte da coordenação e estendido aos escritórios locais, adota uma escala semanal considerando dois dias de atendimento em campo onde são realizadas as visitas aos agricultores, dois dias de atendimento no escritório e ainda um dia voltado à relatoria. O expediente determinado para as empresas em nível regional e municipal ocorre semanalmente das 07h:30 às 13h:30.

Suas ações repercutem no Estado por meio de ações voltadas à promoção da agricultura familiar em eventos coletivos de assistência técnica e extensão rural, onde promovem “tecnologias de convivência com o semiárido, no qual as pessoas conhecem o trabalho hidropônico, a produção orgânica, como são feitos três tipos de substratos. E o

sistema de aquaponia” (EMATER, 2017). Tais iniciativas aproximam da realidade dos agricultores familiares informações técnicas de como acessar tais tecnologias, inclusive no que se refere as políticas públicas que estimulam a implantação de tais mecanismos nas propriedades dedicadas a agricultura familiar, como é o caso do Pronaf Semiárido, que traz toda esta abordagem de melhor convivência com os aspectos naturais do ambiente, oferecendo alternativas de convivência no semiárido que orientam a produção dos agricultores para inovação, com técnicas e informações para o melhoramento da sua realidade como agricultor familiar.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1. ANÁLISE DE CONTEÚDO

4.1.1. Categoria Analítica Acesso

4.1.1.1. Potencialidades no acesso

Com os resultados da pesquisa observa-se no que se refere às potencialidades de acesso, que a presença do técnico contribui para efetivação da política pública Pronaf Semiárido através das seguintes afirmativas. No relato do ator social, o mesmo expõe como se dá a assistência técnica na fase de acesso a contratação do recurso: “Tem a visita deles, junto a EMATER fez o ‘projetozinho’ bem direitinho, o que eu queria né! Hídrico, e investir parte na área do turismo rural ali” (Agricultor B²). Quanto à forma como é apresentada a política, no intuito de ampliar a promoção do seu acesso direcionando seu atendimento, descreve o agricultor: “[...] o pessoal da EMATER procura, visita né. É como diz o velho ditado do povo diz ‘quem dói o dente é quem procura o dentista’ né, aqui geralmente a gente procura a EMATER, [...] eles visita também, oferece, a gente já tem conhecimento lá” (Agricultor C³). Expondo a forma como conheceu para posteriormente efetivar seu acesso ao Pronaf Semiárido no seguinte relato “Rapaz eu conheci, em uma reunião que eu tive aí numa associação e o menino falou né, foi mais pegando por dentro, O técnico da EMATER também me deu as orientações sabe, inclusive ele até me falou pra eu ir lá outro dia” (Agricultor A⁴). Percebe-se que existem abordagens para com os agricultores em particular ou em eventos coletivos nas comunidades rurais, assim como, tais informações são transmitidas quando o agricultor busca a EMATER local/regional buscando soluções.

Pontuando de forma simples a forma de acessar o programa descreve o ator social agricultor familiar: “de vez em quando a gente faz, [...] de vez em quando eu faço, quando o negócio tá muito ruim, tá muito difícil a gente não tem condições de fazer com recursos próprios, aí a gente faz” (Agricultor C). Explicando de forma direta o que lhe foi exigido para acessar o Pronaf Semiárido o mesmo acrescenta: “É os documentos da propriedade né. A documentação da propriedade, da, da gente, e... só isso, mostrar... eles vêm fazer a visita né

⁴ Informações obtidas através de entrevista realizada com o agricultor familiar em 02 de dezembro de 2017.

⁵ Informações obtidas através de entrevista realizada com o agricultor familiar em 28 de novembro de 2017.

⁶ Informações obtidas através de entrevista realizada com o agricultor familiar em 02 de dezembro de 2017.

pra saber se... se o camarada tem aquilo mesmo e... ai dá andamento” (Agricultor C). Note-se no exposto que o ator social relativamente às falas anteriores expõe de modo simplificado como se deu de maneira recorrente a contratação da política pública, de modo que ainda de maneira simples destaca o que é necessário para efetivar o acesso ao programa.

A assistência técnica é obrigatória para o acesso ao Pronaf Semiárido, na fala do ator institucional representante extensionista da EMATER verifica-se: “Eu iria visitar sua propriedade, ver lá, o que o senhor produz, pra saber se o senhor se enquadra na DAP, e em que categoria” (Técnico Agrícola da EMATER-PB⁵). Complementando a afirmação: “[...] um ponto fundamental é a questão dá renda. [...] faz um comparativo das rendas oriundas do estabelecimento rural, das rendas oriundas de outras fontes e quando a gente tá fazendo esse trabalho, não é só com o agricultor é com a família, é o casal e os filhos” (Coordenador Regional da EMATER-PB⁶) Se referindo a DAP, como a principal ferramenta de acesso ao Pronaf, considera o ator institucional:

E o acesso é a DAP, a DAP é a identidade do agricultor, porque na verdade com a DAP, na DAP a gente, é... consegue coletar as informações da propriedade, do produtor, mas também as informações produtivas, [...] mas, o enquadramento quem vai dizer é a documentação, é a entrevista e a visita. Eu não tenho como dizer hoje se você tem o enquadramento de DAP, assim, a olho nu, ou só juntando papel. É papel, entrevista e visita (Coordenador Regional da EMATER-PB).

A DAP apontada como pré-requisito para contratação do crédito Pronaf, surge no discurso dos atores como ponto fundamental para o acesso a política, de modo que, como potencialidade no acesso pode ser emitida conforme apresenta a seguir:

[...] é a EMATER, e os Sindicatos dos trabalhadores rurais, muitos emitem, emite a DAP pessoa física. É... Sindicatos, hoje nós trabalhamos aqui na região de Campina Grande com vinte e dois (22) municípios, temos quatro ou cinco sindicatos nos municípios que cujo os sindicatos emitem DAP, os outros sempre a EMATER quem... mesmo procedimento, essa questão de enquadramento é a mesma já estabelecida a norma no manual, tem que seguir aquilo ali (Assessor de Crédito da Emater- PB⁷).

De modo que são apresentados nos discursos dos atores institucionais potencialidades no acesso com relação as visitas que são realizadas para verificação da realidade da família na

⁵ Informações obtidas através de entrevista realizada com o Técnico Agrícola da EMATER-PB, no Escritório Local, em 06 de novembro de 2017.

⁶ Informações obtidas através de entrevista realizada com o Coordenador Regional da EMATER-PB, realizada no Escritório Regional em Campina Grande, em 02 de novembro de 2017.

⁷ Informações obtidas através de entrevista realizada com o Assessor de Crédito da EMATER-PB, realizada no Escritório Regional em Campina Grande, em 02 de novembro de 2017.

fase de levantamento de dados, principalmente enfocando o aspecto renda. Ressaltando a importância da DAP nesse sentido.

4.1.1.2. Limites no acesso

Das limitações para o acesso ao Pronaf Semiárido verificou-se a necessidade de uma ação mais efetiva do trabalho dos atores institucionais da EMATER, no sentido de apresentar as formas de acesso ao Pronaf in loco, considerando a variável tempo como limite para o agricultor familiar acessar ao programa seja numa abordagem individual ou coletiva. Nesse sentido, afirma o ator social: “Foi meio quebra cabeça porque assim a gente do sítio né, as ‘vez’ o tempo é até pouco, aí mais o caba, as ‘vez’ a gente se desliga, a gente que mora no sítio num liga nem de ir na rua” (Agricultor A). Quanto aos limites colocados como dificuldades para o acesso por parte do agricultor, relata ao considerar a conjuntura política, destacando o fato do mesmo já ter efetivado várias contratações, expondo no relato a seguir quanto as dificuldades: “As vezes têm, as vezes não têm, tem tempo que dependendo do governo que tá, a gente, quando as vezes o governo lança um programa que é fácil as vezes não tem, as vezes fica mais difícil, é assim” (Agricultor D⁸).

Em dado momento, devido ao aspecto financeiro o agricultor descreve a situação onde por sua condição de renda não pôde acessar ao programa, visto sua renda externa superar a renda oriunda da Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA), expondo o caso no seguinte relato:

Mas como eu trabalhava no Estado, eu não tinha direito a essa DAP [...] É... é porque, é o seguinte, a DAP é um programa do governo federal que quer atender os mais carentes, e... só se consegue uma DAP se o cara for realmente Agricultor familiar, e muita gente, as vezes pessoas com condições financeira até razoável quer fazer, ter uma DAP dessa, é... aí é difícil né!? Porque só se faz uma DAP quando se planta, se colhe e presta conta ao, aos órgãos competentes (Agricultor C).

Na atual condição de beneficiário, o agricultor justifica o acesso ao programa somente por aqueles que de fato se insiram na qualidade de agricultor familiar no que condiz ao levantamento das suas rendas, sendo esta quando externa superior a oriunda da produção rural, excetuando os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais, por mais que ele realize atividades na agricultura familiar o fator renda o exclui do público alvo beneficiário da política. Conforme o exposto verifica-se na fala dos agricultores o efetivo

¹⁰ Informações obtidas através de entrevista oral realizada com o agricultor familiar em 11 de novembro de 2017.

trabalho no levantamento dos reais beneficiários do programa considerando o fator renda como fundamental para o acesso aos recursos da política, se configurando uma limitação para aqueles que apesar de agricultores familiares, se dedicam a outra atividade que supere o valor oriundo da produção familiar rural.

O ator institucional aponta como fator limitante para o acesso a política pública a necessidade de comprovação da renda, como sendo pré-requisito para contratações do programa quando ilustra o caso do agricultor que: “não tem renda. chega um produtor aqui, mesmo ele sendo agricultor familiar, a gente vê que ele é um agricultor familiar, mas não tem renda. O produtor tem que ter renda” (Técnico Agrícola da EMATER-PB B). Outra limitação verificada no que se refere ao fator renda para o acesso ao programa se percebe quando “comparado o que ele produz no estabelecimento com outras rendas, muitas vezes, tira essa família da condição de agricultor familiar. É uma renda extra, superando a que é produzida no estabelecimento” (Técnico Agrícola da EMATER-PB A⁹). Daí a importância de no momento do acesso existir o contato com o agricultor na sua propriedade, com a finalidade de comprovação da realidade no momento da contratação do crédito “[...] a visita, ela é importante porque você vai detectar lá na propriedade o que ele tem, comprovar o que ele tem” (Assessor de Crédito da EMATER-PB). Reforçando o ressaltado aspecto no seguinte relato do ator institucional que aponta como limite no acesso ao Pronaf Semiárido o caso do agricultor que:

Tem uma produção... trabalha... tem um sitiozinho... mora lá... até com sua família. Mas, o que produz lá com a família é inferior do que, da renda, que ele obtém externa. Chamada renda extra. Aí as vezes o agricultor diz; mas eu moro, eu tenho um sítio, moro lá, crio isso, crio, crio...Mas sim, meu senhor tudo bem, mas, o que o senhor produz lá, no seu sítio está sendo inferior do que o, da sua renda extra. Então isso não lhe caracteriza como agricultor familiar lhe tira dessa condição. E tudo isso é mostrado, mediante o manual de procedimento (Assessor de Crédito da EMATER-PB).

Condizente a fala anterior, destaca-se a situação onde o fator renda supera o que é produzido no estabelecimento rural, limitando o acesso ao programa exemplifica uma ocorrência considerando o fator renda externa à produção familiar rural, conforme exposto a seguir na fala do ator institucional:

Já teve gente, chega gente aqui, as vezes chega gente aqui, as vezes até professor da universidade. O banco mandou aqui pra fazer uma DAP aí eu digo primeiro eu digo e o senhor, tem propriedade? Tenho. Mas aí o senhor faz o que na propriedade? Não

¹¹ Informações obtidas através de entrevista realizada com o Técnico Agrícola da EMATER-PB, realizada no Escritório Local, em 8 de novembro de 2017.

aí, eu trabalho na universidade. Aí já começou a criar um empecilho. Já começou o empecilho, por que aí ele é professor da universidade. Quanto é o seu salário? É... é o meu salário é dez mil é quinze mil, pronto! Então pra o senhor, o senhor não vai ter direito a essa DAP. Porque a DAP é pra o agricultores familiares. A pesquisa é feita por nós (Técnico Agrícola da EMATER-PB B).

4.1.2. Categoria Analítica Monitoramento

4.1.2.1. Potencialidades no monitoramento

No desenvolvimento do processo de monitoramento, tendo em vista a obrigatoriedade da assistência técnica para a operacionalização do Pronaf Semiárido, quanto às visitas dos agentes extensionistas aconteceram segundo relato do ator social: “Umás três a quatro, foi boa a visita deles. Ele vêm, vem dá uma ‘olhadazinha’ em que tá investindo como é, pra se encaixar as conversas de acordo com o que foi feito no início” (Agricultor B). Em outra perspectiva descreve o agricultor “[...] o ‘caba’ faz um projeto [...] aí quando aquele dinheiro é liberado, com algum tempo eles vem saber se foi realmente investido mesmo. Pra saber se estar funcionando conforme o combinado” (Agricultor D). Da regularidade de informações e assistência técnica são observadas considerações quanto ao monitoramento do Pronaf Semiárido na seguinte perspectiva: “Rapaz, eles dá um, orienta o “caba” dizendo como é que faz, dizendo o que é pra fazer né [...] eles ensinam tudinho, como é os documentos que precisam né, e o cara corre atrás e consegui tudinho graças a Deus” (Agricultor A). Com relação à regularidade das visitas na forma de monitoramento, observa-se no relato do ator social a ocasião onde uma visita foi realizada “Parece que foi [...] “dois” ou foi três, parece que teve uma que eu não ‘tava’, parece que ‘foi’ duas. E toda vez que eles foram lá, só acharam bondade, um dia pegaram eu mesmo numa luta trabalhando com os menino lá” (Agricultor A). Os relatos confirmam a ação da política no sentido do monitoramento dos objetivos com a contratação do crédito, apresentando como desfecho para este entendimento reforça ainda o agricultor anteriormente citado no seguinte relato:

Muito boa é, dá uma orientação muito boa pra gente [...] as vezes uma opinião né que eles dá, até melhor né, fazer ‘quem’ os matutos por aí, tem uns amigo meu que vai olhar um gado pra comprar diz [...] vamos mais eu quatro olho ver mais do que dois né, uma orientação de uma né[...] tá lá tudo bem plantado sem fim né. As cercas que eu fiz tudo com cinco arame, gado não entra. A barragem tu sabe, ta lá só esperando chover e encher né. Capim eu tenho. Deu resultado, rapaz na ultima vez que o pessoal da EMATER ‘veio’, ele disse tá tudo bom aqui, não tem o que ver não, aqui tá bem aprovado (Agricultor A).

Nota-se no discurso citado anteriormente a valorização do técnico no desempenho das atividades de monitoramento, onde de acordo com as falas do agricultor se somam as perspectivas de melhoria direcionadas as suas atividades, de modo que são realizadas as orientações no intuito de atender o que foi determinado no ato da contratação do crédito.

O corpo técnico especializado caracteriza uma potencialidade para a política, visto que, oportuniza ao agricultor a aplicação de conhecimento técnico sem custos adicionais ao seu contrato de crédito, como exposto na fala do representante institucional:

[...] nós temos extensionistas nossos, é... profissionais das mais diversas áreas, engenheiros agrônomos, técnico agrícola, veterinário, zootecnista, né... É cooperativistas nos municípios, e a gente acompanha os agricultores prioritariamente com ações coletivas, né... Nós também temos os agricultores referenciais, no caso de produção de leite, produção de doce, experiência exitosa em crédito rural, manejo de forrageira (Coordenador Regional da EMATER-PB).

Da regularidade de informações e assistência técnica prestada no âmbito institucional, descreve a orientação direcionada a organização da presença semanal dos técnicos nas propriedades assistidas “[...] hoje a gente orienta o seguinte, que a rotina da EMATER nos municípios seja, dois dias de campo, dois dias de escritório e um dia de relatoria [...] O que além de trazer os resultados pra gente, anima as comunidades a se organizarem” (Coordenador Regional da EMATER-PB). Em mais uma evidência da assistência técnica como mobilizadora para ascensão do programa, percebe-se na seguinte fala do ator institucional a relação de atendimento existente:

Aqui é... como é que se diz, o hospital é aqui, passamos a orientação, desde o pintinho, até a comercialização. [...] mas, na hora que ele ta falando, ou chega aqui, a gente presta assistência, mostra pra ele pra que isso possa acontecer uma produção melhor (Técnico Agrícola da EMATER-PB B).

As visitas configuram ao andamento do processo de efetivação da política, como fator fundamental para o alinhamento entre o motivo da solicitação do crédito e o andamento para o alcance do objetivo proposto inicialmente. Bem como, garantem a inspeção técnica na unidade de produção. O papel do monitoramento nesse sentido dinamiza o setor da agricultura familiar mobilizando comunidades e indivíduos, provendo extensão e assistência técnica as mais variadas demandas possíveis nesta agricultura, a exigência do projeto técnico e do investimento priorizando infraestruturas hídricas, são fatores que se somam demonstrando a sua relevância em todo o processo.

4.1.2.2. Limites no monitoramento

A necessidade do monitoramento na aplicação dos recursos é evidenciada na fala do ator social, quando expõe a falta de conhecimento técnico como limitação para o sucesso do crédito: “Por que hoje o agricultor ele às vezes sofre, por não ter conhecimento. O agricultor ele tem que ter, plantar, colher, e ter conhecimento das coisas, porque as vezes, o ‘caba’ é leigo, o caba lucra não sabe o que faz, emprega errado” (Agricultor D). Com relação a ação da EMATER no que se refere as abordagens coletivas, considera o agricultor uma limitação quando descreve: “são pessoas que entendem, e quer repassar pra gente ‘mai’ uma reunião de duas horas, não é suficiente, pra um grupo de pessoas grande” (Agricultor C). Percebe-se na presente fala a necessidade de um olhar mais crítico e técnico quanto às necessidades dos atores inseridos no contexto do campo, onde fatores humanos são necessários para o desenvolvimento da política. A aproximação com a real situação das famílias inseridas no contexto do semiárido é uma necessidade evidenciada na carência de assistência técnica e informações demandadas por estes no tocante ao monitoramento da política.

Na qualidade de ator institucional, um fator limitante diz respeito à impossibilidade de atender a demanda individual dos agricultores, por falta de pessoal. Dessa forma, o programa não se aproxima da realidade do agricultor individualmente, visto que, as realidades de cada unidade de produção precisam de uma avaliação particular para que o acesso ao crédito seja efetivo, em consonância com os objetivos do Pronaf Semiárido. Desta limitação diz o ator institucional: “[...] mas hoje como a gente tem uma limitação de extensionistas, não é [...] hoje o nosso quadro, ele é um pouco reduzido, nós avançamos muito nos eventos coletivos, são reuniões nas comunidades, dias de campo, palestras, visitas de intercâmbio” (Coordenador Regional da EMATER-PB). Nesse sentido percebe-se que não há uma articulação para o acompanhamento dos agricultores assistidos pelo Pronaf Semiárido, para além do exigido como pré-requisito na sua contratação, quando no seguinte relato expõe como ocorrem as demandas por assistência técnica por parte dos agricultores na empresa em questão: “[...] nós acompanhamos, desde de que ele nos procure, as vezes é, a gente não vai adivinhar que o produtor esteja passando por dificuldades” (Técnico Agrícola da EMATER-PB B). A demanda por assistência tem seu atendimento limitado visto o baixo número de técnicos, de modo que são atendidos prioritariamente as demandas que procurem os serviços da EMATER expondo suas necessidades. Atendendo a demandas internas, relacionadas aos trâmites e gerenciamento de processos, reuniões e planejamento, conciliando as atividades de campo.

4.1.3. Categoria Analítica Resultados

4.1.3.1. Potencialidades nos resultados

Quanto aos resultados obtidos com a contratação do Pronaf Semiárido, nos relatos dos agricultores familiares, representados como atores sociais, observam-se onde foram aplicados os recursos, bem como, a percepção dos mesmos sobre o investimento:

Foi para as barragens, cercas, vargens de capim que eu plantei. Tá faltando água agora de chuva pra encher né. [...] Rapaz eu achei boa, boa demais. Rapaz só é, todo mundo chega lá e ficou bom demais aqui, a vargem que fiz lá foi uma riqueza 'visse', aumentou de mais a produção, maravilha mesmo lá. Aumentou rapaz, eu fiz umas cercas lá, que esse ano eu fiz muita ração devido às cercas que eu cerquei pra fazer 'prantio' de roçado, né? (Agricultor A).

Em planta de palma, e a gente limpou o açude, [...] bota uma máquina no açude pra limpar, tirar a lama, aquela lama que a água traz quando chove. Tira cinco mil, tira dois pra plantar uma palma, tira três pra limpar o barreiro, é assim que se faz. [...]. Aí já faz isso que é pra atender aos dois lados, se você tá plantando alimentação de um lado pra criar o animal, do outro lado ele vai precisar da água também né. Só com o alimento ele não sobrevive tem que ter a água (Agricultor D).

Ressaltando as mudanças promovidas após a contratação do crédito, via o Pronaf Semiárido, descreve o agricultor familiar sua percepção enquanto a tais resultados e sobre o que mudou na sua forma de produção, quando expõe a seguir:

Muita coisa né, porque, as "cisterna" aqui já facilitou muito meu manuseio nessa área que tenho aqui. Eu capto a água do poço, boto nas cisternas, exatamente, foi esse período, 'enfrentemos' esse período de racionamento né, já tinha a água do poço, uma água boa aí armazenava nas cisternas e distribuía pra aquilo que eu preciso, aquilo que eu necessito (Agricultor A).

Considerando a satisfação do agricultor no que se refere aos resultados do programa que tal política promove o fortalecimento da agricultura, observando a seguinte fala do agricultor infere-se sobre as potencialidades nos resultados alcançados, quando o mesmo expõe a seguir:

Muitas formas o melhoramento foi total, porque tudo que vem que a gente amplia as coisas onde a gente, amplia onde a gente mora tá trazendo benefícios pra gente né. Se tornando mais fácil, mais justo [...] nas visitas que eles "faz" eles "olha" que realmente a gente estamos satisfeitos né. Com o que, aonde a gente aplicou, de que forma no projeto, e tá dando resultados (Agricultor A).

Acrescentando a visão do agricultor em relação ao desenvolvimento da comunidade que tem acesso ao crédito “o pessoal tem um acesso muito ‘importante’ nele [...]. Desenvolve muito aqui a comunidade, aonde a pessoa pega o dinheiro e, e aplica não gasta. É [...] tem muito sucesso né!” (Agricultor C). Assim as potencialidades apresentadas sob tais percepções indicam o efetivo cumprimento da finalidade da política pública Pronaf Semiárido para o fortalecimento da agricultura familiar na perspectiva da promoção de melhor convivência com a região.

Corroborando com as afirmativas anteriores apresenta-se a diversidade do Programa quanto às suas aplicações mais recorrentes no espaço rural do município, sendo o programa voltado a infraestruturas hídricas, indo de encontro às falas dos agricultores, observa o ator institucional coordenador regional da EMATER no seguinte relato: “[...] a preço de hoje, hoje a gente está financiando muita barragem subterrânea, melhorias de barreiro, melhoria de cerca, plantação de palma, construção de cocheira, [...] o crédito rural dinamizando as propriedades” (Coordenador Regional da EMATER-PB). Em reforço a tal aspecto complementa o técnico na seguinte fala: “As vantagens são muitas, se um produtor conseguir o PRONAF ele adquiriu uma renda, para que ele possa desenvolver sua agricultura” (Assessor de Crédito da EMATER-PB). Em tais observações revela-se o potencial quanto aos resultados do programa no âmbito da EMATER regional/local, apresentando-se onde comumente são aplicados os recursos do Pronaf Semiárido em consonância com os discursos dos atores sociais.

4.1.3.2. Limites nos resultados

Quanto ao recurso disponibilizado o ator social, na figura do agricultor familiar, expõe como fator limitante o montante disponibilizado como insuficiente para a finalização total dos seus projetos, por se tratar de investimentos em longo prazo, como exposto no relato a seguir: “Ampliei o barreiro, esse barreiro eu venho ampliando dumas três vezes já, ‘inda’ não terminei, porque, por que não é tão grande esses recursos, [...] o semiárido (Pronaf) é uma ajuda, mas não é aquilo que você tem desejo de terminar a barragem e resolveu” (Agricultor B). Nesta perspectiva, reforçando a fala anterior, ressalta o mesmo agricultor com relação ao resultado da contratação do crédito na seguinte situação:

“Imagine, você fica preso numa situação pra não dá, aí você tem que se desdobrar no que vai entrando, vai entrando algum recurso aí você vai, aí fica lento, se torna lento,

Você tem que pegar do que entra, e principalmente por que eu vivo disso aqui, Eu vivo dentro da área rural, disso aqui é que eu vivo” (Agricultor B).

Com relação aos resultados obtidos com a contratação do crédito e sua efetiva aplicação, falta à compreensão por parte do agricultor familiar do retorno obtido com o investimento, que também engloba seu consumo próprio, limitando a compreensão da efetividade do programa. Nesse sentido destaca o ator institucional: “[...] geralmente o que o agricultor considera como renda é aquilo que ele efetivamente vende. Não leva em consideração muitas vezes, o que consome, se ele consome e sai do estabelecimento deixou de comprar aí é considerado uma receita” (Técnico Agrícola da EMATER-PB A).

O fortalecimento da agricultura familiar se direciona para uma abordagem mais condizente com a realidade dos atores amparados pela política pública com finalidades específicas para a região semiárida, por tratar de uma política creditícia, demanda desde a sua aquisição ao efetivo cumprimento de sua obrigação, por parte do agricultor familiar beneficiário do crédito, uma orientação especializada. Inclusive no que se refere a investimentos sequenciais, indicadores de atratividade e retorno do investimento, para que logrem sucesso nas suas contratações.

4.2. TRIANGULAÇÃO DE DADOS

4.2.1. Categoria Analítica Acesso

4.2.1.1. Potencialidades no acesso

Nos relatos observados a seguir demonstram-se as percepções dos atores sociais considerando a mesma perspectiva no acesso ao Pronaf Semiárido, os mesmos expõem como é realizada a assistência técnica na fase de acesso para contratação do recurso: “Tem a visita deles, junto a EMATER fez o ‘projetozinho’ bem direitinho, o que eu queria né! Hídrico, e investir parte na área do turismo rural ali” (Agricultor B). Reforçando a forma como é apresentada a política pública Pronaf Semiárido ao seu público-alvo, na promoção do seu acesso, descreve o mesmo processo outro agricultor acrescentando a relevância da aproximação: “[...] o pessoal da EMATER procura, visita né... É como diz o velho ditado do povo diz que ‘quem dói o dente é quem procura o dentista’ né, aqui geralmente a gente procura a EMATER, as ‘vez’ eles visita também, oferece, a gente já tem conhecimento lá” (Agricultor C).

A assistência técnica é obrigatória para o acesso ao Pronaf Semiárido, na fala do ator institucional representante extensionista da EMATER verifica-se: “Eu iria visitar sua propriedade, ver lá, o que o senhor produz, pra saber se o senhor se enquadra na DAP. E em que categoria” (Técnico Agrícola da EMATER-PB B).

O acesso ao Pronaf de acordo com o SEAD (2017) “inicia-se na discussão da família sobre a necessidade do crédito”. Destacando em mais um aspecto da triangulação o papel da assistência técnica para o efetivo acesso ao programa

Do aspecto documental observa-se a Resolução 4.107 de 28 de junho de 2012, determinou-se no seu artigo 5, alínea *b*) que a DAP “deve ser elaborada para a unidade familiar de produção, prevalecendo para todos os membros da família que compõem o estabelecimento rural e explorem as mesmas áreas de terra”, quanto a abordagem para sua emissão pressupõe, o que acrescenta a alínea *c*) da referida resolução, determinando: “pode ser diferenciada para atender a características específicas dos beneficiários do Pronaf” (MCR, 2012).

O acesso ao Pronaf de acordo com a SEAD (2017) “inicia-se na discussão da família sobre a necessidade do crédito”. A discussão em questão eleva a possibilidade de o agricultor acessar com maior facilidade o recurso, sendo a ação do agente institucional especializado fundamental para o processo. Podem ser acessados até dois financiamentos em sequência para esta linha de crédito, respeitando o valor limite por beneficiário, sujeitando-se ainda a outras normativas conforme observado de acordo com a Resolução 4.287 art. 3º a seguir:

A mesma unidade familiar de produção pode manter [...] 2 (dois) financiamentos na linha [...], sendo que a contratação do segundo fica condicionada ao pagamento de 1 (uma) parcela do financiamento anterior e à apresentação de laudo da assistência técnica que confirme a situação de regularidade do empreendimento financiado e capacidade de pagamento (MCR, 2018, p.01).

O benefício do programa se direciona a família, daí a importância de considerar por completo o conjunto familiar para promoção do acesso ao crédito. Inclusive no que se refere ao acúmulo, renovações ou liquidações de financiamentos.

4.2.1.2. Limites no Acesso

Relaciona-se quanto à necessidade do técnico para garantir o acesso ao programa a seguinte fala do agricultor familiar ator social:

Mas como eu trabalhava no Estado, eu não tinha direito a essa DAP [...] É... é porque, é o seguinte, a DAP é um programa do governo federal que quer atender os mais carentes, e... só se consegue uma DAP se o cara for realmente Agricultor familiar, e muita gente, as vezes pessoas com condições financeira até razoável quer fazer, ter uma DAP dessa, é... aí é difícil né!? Porque só se faz uma DAP quando se planta, se colhe e presta conta ao, aos órgãos competentes (Agricultor C).

O ator institucional expõe quanto a sua ação no momento de promover o acesso ao programa “comparado o que ele produz no estabelecimento com outras rendas, muitas vezes, tira essa família da condição de agricultor familiar. É uma renda extra, superando a que é produzida no estabelecimento” (Assessor de Crédito da EMATER-PB). Conforme pode ser observado no que determina o Manual do Crédito Rural (2017), que “[...] no mínimo, 50% da renda bruta familiar originada da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento”. Note-se em todos os fatores o necessário papel do técnico para o levantamento de tais informações junto à família do agricultor.

Por ser prevista como fator condicionante para acessar o programa determinando que os agricultores familiares detenham: “[...] no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da renda bruta familiar originada da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento” (MCR, 2017). Daí a necessidade da orientação adequada para o efetivo acesso ao programa.

4.2.2. CATEGORIA ANALÍTICA MONITORAMENTO

4.2.2.1. Potencialidades no Monitoramento

“Umas três a quatro, foi boa a visita deles. Ele vêm, vem dá uma ‘olhadazinha’ em que tá investindo como é, pra se encaixar as conversas de acordo com o que foi feito no início” (Agricultor B). No mesmo sentido descreve o agricultor “[...] o ‘caba’ faz um projeto [...] aí quando aquele dinheiro é liberado, com algum tempo eles vem saber se foi realmente investido mesmo. Pra saber se estar funcionando conforme o combinado” (Agricultor D). Os relatos confirmam a ação do monitoramento quanto aos objetivos da contratação do crédito.

Como exposto a seguir na fala do representante institucional o corpo técnico especializado se revela uma potencialidade para o monitoramento do programa:

[...] nós temos extensionistas nossos, é... profissionais das mais diversas áreas, engenheiros agrônomos, técnico agrícola, veterinário, zootecnista, né... É cooperativistas nos municípios, e a gente acompanha os agricultores prioritariamente com ações coletivas, né... Nós também temos os agricultores referenciais, no caso de produção de leite, produção de doce, experiência exitosa em crédito rural, manejo de forrageira (Coordenador Regional da EMATER-PB).

Relacionando como potencialidade no monitoramento de acordo com o previsto no aspecto documental MCR (2017) “A assistência técnica e extensão rural é prestada diretamente ao produtor, em regra no local de suas atividades, com o objetivo de orientá-lo na condução do empreendimento”. O atendimento local é visto como maior possibilidade de êxito no atendimento de demandas específicas.

4.2.2.2. Limites no Monitoramento

Da necessidade de um atendimento especializado, que observe as demandas individuais e particularidades de cada unidade de produção, ressalta o agricultor familiar quanto às abordagens em reuniões coletivas “são pessoas que entendem, e quer repassar pra gente ‘mai’ uma reunião de duas horas, não é suficiente, pra um grupo de pessoas grande” (Agricultor C). Diante do exposto relaciona-se a seguinte colocação no âmbito institucional.

Observa-se como reflexo para o mesmo cenário, o fato do atendimento de tais demandas não serem suficientes na ação dos atores institucionais, configurando o seguinte cenário: “[...] mas hoje como a gente tem uma limitação de extensionistas, não é [...] hoje o nosso quadro, ele é um pouco reduzido, nós avançamos muito nos eventos coletivos, são reuniões nas comunidades, dias de campo, palestras, visitas de intercâmbio” (Coordenador Regional da EMATER-PB).

Quando previsto no Plano Safra (2017) direciona o monitoramento em que “[...] ações serão implantadas para reduzir a pobreza rural e as desigualdades. Com o objetivo de minimizar os efeitos causados pelas condições climáticas”. Note-se a complexidade dos aspectos, a que se refere às diretrizes norteadoras para enfrentamento de tamanhos desafios a necessidade de assistência técnica requerida.

4.2.3. CATEGORIA ANALÍTICA RESULTADOS

4.2.3.1. Potencialidades nos resultados

Os resultados do Pronaf Semiárido percebidos pelos agricultores são observados nos seguintes relatos:

Foi para as barragens, cercas, vargens de capim que eu plantei. Tá faltando água agora de chuva pra encher né. [...] Rapaz eu achei boa, boa demais. Rapaz só é, todo mundo chega lá e ficou bom demais aqui, a vargem que fiz lá foi uma riqueza

‘visse’, aumentou de mais a produção, maravilha mesmo lá. Aumentou rapaz, eu fiz umas cercas lá, que esse ano eu fiz muita ração devido as cercas que eu cerquei pra fazer ‘prantio’ de roçado, né? (Agricultor A).

Na mesma perspectiva, evidencia-se no seguinte discurso a confirmação de onde comumente são aplicados os recursos do programa Pronaf Semiárido no município.

Em planta de palma, e a gente limpou o açude, [...] bota uma máquina no açude pra limpar, tirar a lama, aquela lama que a água traz quando chove. Tira cinco mil, tira dois pra plantar uma palma, tira três pra limpar o barreiro, é assim que se faz. [...]. Aí já faz isso que é pra atender aos dois lados, se você tá plantando alimentação de um lado pra criar o animal, do outro lado ele vai precisar da água também né. Só com o alimento ele não sobrevive tem que ter a água (Agricultor D).

No âmbito institucional relaciona-se os resultados apontados anteriormente com os que são mencionados no seguinte discurso: “[...] a preço de hoje, hoje a gente está financiando muita barragem subterrânea, melhorias de barreiro, melhoria de cerca, plantação de palma, construção de cocheira, [...] o crédito rural dinamizando as propriedades” (Coordenador Regional da EMATER-PB). A linha de crédito Pronaf Semiárido por voltar-se ao atendimento dessa região com características e demandas sociais tão particulares destina os recursos para aplicação de melhorias na unidade familiar, relacionando os dados com o aspecto documental a seguir: “[...] priorizando infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, [...] de acordo com a realidade das famílias agricultoras da região Semiárida” (SEAD, 2017, p. 01). De modo que, “no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor do crédito deve ser destinado a implantação, construção, ampliação, recuperação ou modernização da infraestrutura hídrica” (MCR, 2017, p.01). Tais medidas de direcionamento do crédito visam garantir melhorias no manejo hídrico de modo a contribuir com a melhor convivência na região, onde o fator água é essencial. De modo que a priorizando a infraestrutura hídrica, disponibiliza ainda parte do crédito para outras atividades rurais, tal como especifica o Manual do Crédito Rural, Cap. 10, Seção 8, inciso II, da alínea c), que trata do crédito de investimento para convivência com o semiárido:

[...]o valor restante do crédito deve ser destinado ao plantio, tratos culturais e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, em conformidade com o cronograma de liberação constante do projeto técnico ou da proposta simplificada (MCR, 2017, p.01).

Em consonância com o que é previsto no Pronaf, as falas dos atores social e institucional, considera-se como efetivo o objetivo do programa, dadas as potencialidades

para com o melhoramento das infraestruturas hídricas, priorizadas por meio do acesso ao crédito, possibilitando ainda investimentos que auxiliam demandas específicas de cada agricultor, com relação a infraestruturas, máquinas, custeio e investimentos. Promove por estes meios à manutenção do agricultor no campo, dinamizando o setor.

4.2.3.2. Limites nos resultados

O aspecto financeiro da política é apontado como limite no resultado da política, quando o agricultor expõe o recurso disponibilizado como insuficiente para o atendimento efetivo das suas necessidades, quando diz: “Ampliei o barreiro, esse barreiro eu venho ampliando dumas três vezes já, ‘inda’ não terminei, porque, por que não é tão grande esses recursos, [...], o semiárido (Pronaf) é uma ajuda, mas não é aquilo que você tem desejo de terminar a barragem e resolveu” (Agricultor B).

Outra questão apontada sob tal aspecto se refere a falta de conhecimento do agricultor para o gerenciamento dos seus resultados, na fala do ator institucional evidencia-se o seguinte exposto: “[...] geralmente o que o agricultor considera como retorno é aquilo que ele efetivamente vende. Não leva em consideração muitas vezes, o que consome, se ele consome e sai do estabelecimento deixou de comprar aí é considerado uma receita” (Técnico Agrícola da EMATER-PB A).

Nesse sentido acrescenta o aspecto documental, onde o agricultor expõe-se por maior tempo ao risco e sem a compreensão necessária para distinguir o retorno do investimento, se coloca em situação de vulnerabilidade financeira, na qual em casos de inadimplência resulta ao agricultor, segundo informações o “[...] mutuário que renegociar sua dívida de investimento ficará impedido, até que amortize integralmente as prestações previstas para o ano seguinte de contratar novo financiamento de investimento rural com recursos controlados do crédito rural” (BACEN, 2017, p.02). Fatores que se relacionam no que se refere aos limites observados no desenvolvimento da política pública Pronaf Semiárido.

Sintetizam-se no quadro 01 a seguir, os limites e potencialidades para as categorias em análise observados no conjunto desta pesquisa:

Quadro 01 – Síntese dos Limites e Potencialidades do Pronaf Semiárido

CATEGORIAS/PARÂMETROS	LIMITES	POTENCIALIDADES
ACESSO	<ul style="list-style-type: none"> -Quando o produtor não tem renda; -Na apresentação das formas de acesso ao programa; -Quando há renda extra, superando a que é produzida no estabelecimento; -No mínimo, 50% (cinquenta por cento) da renda bruta familiar originada da exploração estabelecimento. 	<ul style="list-style-type: none"> -Avaliação técnica na fase de acesso para contratação do recurso onde a assistência técnica é exigida como pré-requisito; -Por se aproximar da realidade dos agricultores familiares conhecendo a demanda local, envolvendo toda a família no processo; -O Fato do agricultor poder manter até 2 (dois) financiamentos concomitantes na mesma linha.
MONITORAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> -A necessidade de conhecimento e informação técnica por parte do agricultor; -Abordagens que não consideram demandas individuais; -Limitação de extensionistas. 	<ul style="list-style-type: none"> -Obrigatoriedade da assistência técnica para a operacionalização do Pronaf Semiárido, acompanhando todo o desenvolvimento do projeto; -O corpo técnico especializado; -Assistência técnica prestada diretamente ao produtor, em regra no local de suas atividades.
RESULTADOS	<ul style="list-style-type: none"> -Situação de inadimplência; -Montante disponibilizado como insuficiente para a finalização efetiva dos projetos; -Falta à compreensão por parte do agricultor familiar do retorno obtido com o investimento. 	<ul style="list-style-type: none"> -Vantagem de conseguir adquirir uma renda, para que ele possa desenvolver sua agricultura; -Por priorizar a implantação de infraestrutura hídrica, onde o fator água é essencial; -Foco na melhor convivência com o ambiente.

Fonte: Autor (2018)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), principal instrumento do Estado voltado ao fortalecimento deste segmento da agricultura, vem ao longo da sua implementação se adaptando as diferentes realidades que existem no país, reforçando que tal aspecto é observado mais contundentemente a partir do Plano Safra para Agricultura Familiar em 2003, passando a atender demandas específicas dos agricultores de maneira mais aproximada. Para a região semiárida, caracterizada principalmente por registrar baixos índices pluviométricos e consequente escassez de água, o Pronaf Semiárido destina no mínimo 50% dos recursos aplicados em forma de crédito obrigatoriamente em investimentos hídricos, que favoreçam a permanência do agricultor familiar nessa região com maior dignidade.

Depreende-se para atender aos objetivos da pesquisa que os limites são percebidos como fatores que impactam negativamente o desenvolvimento da política pública e se pautam nos aspectos categorizados demonstrando pontos a serem direcionadas ações corretivas. Já as potencialidades pontuam considerações sobre bons direcionamentos na operacionalização do Pronaf Semiárido, enfocando paradigmas passíveis de reforço estratégico para o melhor desempenho da política.

Deste modo, verificaram-se em primeira análise limites para o acesso considerando: variáveis de tempo; conjuntura política; fatores relacionados à renda. Do monitoramento foram apontados: a má aplicação dos recursos pelo agricultor devido à falta de conhecimento e orientação técnica; que abordagens coletivas não atendem as necessidades dos agricultores; que há uma limitação de técnicos por parte da EMATER; e que atendimentos em geral são realizados desde que os agricultores procurem a empresa em questão solicitando a assistência. Para a categoria analítica resultados, foram apontadas limitações: referentes ao montante disponibilizado pela política como insuficiente para realização efetiva das demandas do agricultor; ressaltando ainda limites na incompreensão do agricultor para gerir os resultados do investimento.

As potencialidades nesta fase inicial da análise de conteúdo, tendo em consideração o acesso, evidencia que existem as visitas apresentando a política em abordagens coletivas e individuais. E que de maneira simples é possível acessar aos recursos do Pronaf Semiárido. Quanto ao monitoramento, evidenciou-se a existência de um corpo técnico qualificado, e que existem escalas de atividades realizadas no escritório, assim como diretamente nas comunidades rurais por parte da assistência técnica. Quanto à categoria analítica resultados, as

potencialidades se revelam onde foram aplicados os recursos, e na satisfação dos atores envolvidos no processo.

Posteriormente a análise de conteúdo, aplicou-se a triangulação de dados considerando ainda critérios de comparação dos dados para a análise final da triangulação, aprofundando os resultados da análise. Conclui-se, observando os resultados a partir da análise de conteúdo somando as perspectivas dos atores ao aspecto documental da pesquisa, com relação às potencialidades e limites no acesso, a convergência dos dados no que se refere respectivamente à importância da assistência técnica junto aos agricultores no momento de acessar o programa e quanto aos limites para a categoria considera-se o fator renda, quando superior ao que é produzido no estabelecimento inviabiliza o acesso ao crédito.

A categoria analítica monitoramento apresentou quadro de complementação das informações quanto às potencialidades, evidenciou-se que são realizadas as visitas para avaliar se o crédito está sendo empregado conforme o estabelecido, visando atingir o objetivo inicialmente acordado. Que dispõe-se de um corpo técnico especializado em áreas diversas, e que o atendimento técnico é previsto para com abordagens em particular, fatores que se somam nas potencialidades desta categoria analítica. As limitações se inserem na base de divergência dos dados, quando são apontados; as abordagens coletivas como insuficientes para atender as demandas individuais dos agricultores; junto à falta de pessoal para o atendimento da demanda por assistência, permitindo apenas o básico cumprimento do que é previsto em regra para concessão do crédito.

Da categoria analítica resultados, observam-se potencialidades do recurso destinado ao Pronaf Semiárido convergem no sentido de onde foram aplicados por parte dos agricultores, com as aplicações elencadas pelo ator institucional onde comumente são destinados estes recursos. Conforme previsto na norma da política pública e estando de acordo com o estabelecido entre as partes do contrato. Percebendo-se como a infraestrutura promove a inovação no setor rural através da implementação da política. Observaram-se para a categoria limites em complementação pontuando o valor disponibilizado pelo programa como insuficiente para o atendimento das demandas em uma única contratação, submetendo os agricultores por mais tempo ao prazo do investimento, conseqüentemente colocando-se em circunstância de aumento do risco, visto que, estando por mais tempo sujeito as deliberações do sistema financeiro, e este não se ajustando a realidade de assistência demandada por parte do agricultor. Que apresenta dificuldades no gerenciamento dos resultados da política quanto aos aspectos financeiros, sujeitando-se as restrições comuns ao mercado financeiro.

Diante do exposto, percebe-se no que se refere às potencialidades a relevância da assistência técnica com fatores em convergência quanto às categorias analíticas acesso e resultados, demonstrando o efetivo alinhamento da política quanto aos seus objetivos nestas categorias. Dada à importância da política pública Pronaf Semiárido como instrumento para o desenvolvimento do setor, evidenciou-se o papel fundamental da assistência técnica para o acesso a política, e que seus resultados são condizentes com o estabelecido no Pronaf Semiárido. Programa onde por meio do crédito oferecido, tem proporcionado evidentes melhorias no ambiente, na infraestrutura hídrica, e, portanto, na qualidade de vida dos agricultores que optam por investir na sua unidade de produção familiar por meio do Pronaf Semiárido. Quanto aos aspectos apresentados em complementariedade nas potencialidades do monitoramento, se revelam pontos importantes à serem tratados isoladamente como fatores que se somam atendendo aos critérios da categoria observada.

As limitações apontadas ao programa constantes na análise das categorias analíticas apresentam dados convergentes para a categoria acesso, demonstrando o alinhamento das limitações apontadas para o acesso à política. No quadro de limites para o monitoramento surge a divergência dos aspectos considerados, observa-se, nesse sentido aspectos contrários na regularidade de informações e assistência técnica, em relação ao que é previsto e demandado no aspecto documental. Bem como, na relação dos limites em complementariedade, que apontam os dados observados na categoria analítica resultados, e se caracterizam aspectos à serem tratados isoladamente como fatores que se somam atendendo aos critérios da categoria em análise.

Ressalta-se a urgência na avaliação de medidas que reduzam tais limitações, priorizando o papel da assistência técnica em todas as etapas analisadas, considerando-a fator determinante para o sucesso do programa. Seja na orientação de como acessar o programa, da documentação exigida. Bem como, na etapa de monitoramento onde a falta de pessoal no quadro técnico da EMATER-PB inviabiliza a transmissão de conhecimentos, práticas e métodos em mais abordagens individuais. Desempenhando papel fundamental quanto aos resultados onde são apontadas limitações na inadequação diante do retorno do investimento, no gerenciamento do crédito, inclusive no que se refere a novas contratações a investimentos sequenciais e indicadores de atratividade para que se ampliem as possibilidades de sucesso nas suas contratações. Sugere-se que outras abordagens tratem o tema ampliando a percepção das potencialidades e limites presentes no desenvolvimento da política pública Pronaf Semiárido, para que possam surgir experiências que impactem positivamente o setor, assim como, se disseminem práticas de melhorias que venham a minimizar as limitações apontadas.

REFERÊNCIAS

ABREU, T.L. **Tipificação dos Agricultores Familiares do Agreste do Estado da Paraíba segundo a Modernização**. 2013. 182 f. (Dissertação em Economia). Universidade Federal da Paraíba-UFPB. João Pessoa. Acesso em 12/12/2018. Disponível em: <http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/5023/1/arquivototal.pdf>

AQUINO, J. R.; LACERDA; M. A. D.; LIMA, J. R. F. **Agricultura Familiar no Estado da Paraíba: Uma Análise a Partir de Tabulações Especiais do Censo Agropecuário 2006**. Revista Econ. NE, Fortaleza, v.45, n. 4, p.53-66, out./dez., 2014. Acesso em 16/12/2017. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/117307/1/Joao-Ricardo-cpatsa-2014.pdf>

ASBRAER, Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural. **O Pronaf Completa 20 Anos com Baixa Inadimplência**, 2017. Acesso em 09/12/2017. Disponível em: <http://www.asbraer.org.br/index.php/institucional>

BACEN, Banco Central do Brasil, **FAQ - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf**. Brasil, Governo, 2017. Acesso em 21/10/2017. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp#15

_____. **Matriz de Dados do Crédito Rural**. Brasil, Governo, 2018. Acesso em 02/03/2018. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/c/micrrural/>

BANCO DO BRASIL. **Pronaf Semiárido**. 2018. Acesso em 21/04/2018. Disponível em: <http://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/agronegocios/agronegocio---produtos-e-servicos/credito/investir-em-sua-atividade/pronaf-semiarido#/>

BANCO DO NORDESTE. **PRONAF Grupos e Linhas: O crédito na medida certa do seu empreendimento**. 2018. Acesso em 12/04/2018. Disponível em <https://www.bnb.gov.br/grupos-e-linhas>

BELIK, Walter. A Heterogeneidade e suas Implicações para as Políticas Públicas no Rural Brasileiro. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, vol.53, n.1 Brasília Jan./Mar. 2015. Acesso em 27/11/2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032015000100009

BNDES, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. **Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar – PRONAF**, 2018. Acesso em 20/05/2018. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf-requisitos/>

BRASIL - **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Acesso em 09/12/2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm

_____. **Decreto nº 1.946**, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. Diário Oficial, Brasília, DF, 01 jul- Seção 1, p. 11854 (Publicação Original). Acesso em 09/02/2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm

_____. **Decreto nº 9.064**, de 31 de maio de 2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar. Diário Oficial, Brasília, DR, 31 mai- Seção 1, p. 11. Acesso em 09/03/2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9064.htm

BRANDENBURG, A. **Ecologização da Agricultura Familiar e Ruralidade**, In_____. Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. Parte III, p.150- 167, 2017. Acesso em 22/05/2018. Disponível em: <https://www.pdfFiller.com/en/project/190641835.htm#?reload=true>

BUAINAIN, A.M.; ROMEIRO, A.R.; GUANZIROLI C.; Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5°, nº10, p.312-347, jul.-dez. 2003. Acesso 24/05/2018. Disponível em: <file:///C:/Users/Marcelo/Downloads/BUNAIM.pdf>

CÂMARA, R. H. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. ▲ **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, 6 (2), jul - dez, p.179-191, 2013. Acesso em: 26/03/2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v6n2/v6n2a03.pdf>

COSTA, V.G. **Políticas Públicas e Agricultura Familiar: Uma Avaliação do PRONAF em dois assentamentos da Mata Sul Paraíba**. 140 f. (Dissertação em Desenvolvimento Regional). Universidade Federal da Paraíba- UFPB. João Pessoa, 2013. Acesso em: 22/10/2017. Disponível em: <http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/4563/1/arquivototal.pdf>

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas Públicas: Princípios, Propósitos e Processos**, São Paulo, Ed. Atlas, 2012.

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Histórico Paraíba**. 2017. Acesso em 26/10/2017. Disponível em <http://gestaounificada.pb.gov.br/emater-pb/historico>

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Código Florestal **Adequação Ambiental da paisagem rural**. 2018. Acesso em 14/06/2018. Disponível em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas da Pesquisa social**. São Paulo, Ed. Atlas S.A.: 6° Edição, 2008. Acesso em 16/06/2018. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>

_____. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo, Ed. Atlas S.A.: 5° Edição. 2010.

GUANZIROLI, C. E. PRONAF Dez Anos Depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, vol.45, n.2. Brasília Abril/junho 2007. Acesso em 27/01/2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032007000200004

_____.CARDIM, S.E.C.S. **Novo Retrato da Agricultura Familiar**; o Brasil redescoberto. Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA, MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, DF. INCRA/FAO/MDA, 2000. Acesso em 19/06/2018. Disponível em: <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/novoretratoID-3iTts4E7R59.pdf>

GUERRA, Eliane Linhares de Assis, 2014. **Manual de Pesquisa Qualitativa**. Edição Grupo Ânima Educação Acesso em 27/01/2018. Disponível em: http://disciplinas.nucleoad.com.br/pdf/anima_tcc/gerais/manuais/manual_quali.pdf

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Censo Agropecuário 2006, Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Rio de Janeiro, IBGE 2006. Acesso em 21/04/2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, **Censo Demográfico 2010, Brasil**, Rio de Janeiro, IBGE 2010. Acesso em 21/10/2017. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>

INSA – Instituto Nacional do Semiárido 2017. **Nova Delimitação Expande o Semiárido até o Maranhão**: 73 novos municípios foram incluídos. Acesso em 21/05/2018. Disponível em: <https://portal.insa.gov.br/noticias/1070-nova-delimitacao-expande-o-semiarido-ate-o-maranhao-73-novos-municipios-foram-incluidos>

KAMIMURA, A.; OLIVEIRA, A.; BURANI, G.F. **A agricultura familiar no Brasil**: um retrato do desequilíbrio regional. Interações (Campo Grande) vol.11 n.2 Campo Grande Jul/Dez. 2010. Acesso em: 19/03/2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122010000200010

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social. **Programa Cisternas Entrega 54 mil Tecnologias de Acesso a Água para Famílias do Semiárido**, 2016. Acesso em: 09/12/2017. Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2016/novembro/programa-cisternas-entrega-54-mil-tecnologias-de-acesso-a-agua-para-familias-do-semiarido>

MALAGODI, A. Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro. Porque a questão agrária é uma questão da agricultura de base familiar e camponesa? In_____. **Agricultura Familiar Brasileira**: Desafios e Perspectivas de Futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. Parte I, p.40-64. 2017. Acesso em 22/05/2018. Disponível em: <https://www.pdfFiller.com/en/project/190641835.htm#?reload=true>

MATTEI, L. Políticas Públicas de apoio à Agricultura Familiar: O caso Recente do Pronaf no Brasil. **Revista Raízes**, v.35, n.1, jan-jun /2015. Acesso em 03/04/2018. Disponível em: http://revistas.ufcg.edu.br/raizes/artigos/Artigo_349.pdf

MANUAL DO CRÉDITO RURAL. **Normas**, 2018. Acesso em 22/03/2018. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/mcr>

MANUAL DO CRÉDITO RURAL. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf): Beneficiários. **Resolução nº 4.107**, de 28 de junho de 2012. Cap. 10 Seção 2, p. Acesso em 14/06/2018. Disponível em:

<https://www3.bcb.gov.br/mcr/manual/09021771806f4fb1.htm?fullName=2%20-%20Benefici%C3%A1rios>

OLIVEIRA, A. R.; PEIXOTO, Â. M. M. A Abordagem Territorial nas Políticas Públicas de Desenvolvimento: Uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO. **Rev. NERA**. Ano 18, n.º. 26. Edição Especial, pp. 70-91, 2015. Acesso em: 27/01/2018. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/3142>

OLIVEIRA, M. B. R. **Pronaf uma “Nova” Forma de Modernizar**: Uma análise do município de Barra de Santana na Paraíba. Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, Mestrado em Desenvolvimento Regional Campina Grande - PB, 2014. Acesso em 27/01/2018. Disponível em: <http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/tede/2268>

PÉRICAS, L. B. **Os Semeadores da Discórdia**: a questão agrária na encruzilhada, In_____. CLETO, M.; DÓRIA, K.; JINKINGS, I. Porque Gritamos Golpe? Para entender o Impeachment e a Crise Política no Brasil. Ed. Boitempo, São Paulo, 2016. Acesso em 15/05/2018. Disponível em: <https://aquisefala.files.wordpress.com/2016/09/porque-gritamos-golpe.pdf>

PIANA, M.C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica. 233 p. 978, 2009. Available from SciELO Books. Acesso em 27/01/2018. Disponível em: http://www.cairu.br/portal/arquivos/biblioteca/EBOOKS/SS/Construcao_do_perfil_do_assistente_social.pdf

Plano Safra Agricultura Familiar: **Fortalecer o Campo para desenvolver o Brasil**. 2017. Acesso em 12/04/2018. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_1684/3Baixa_Cartilha_Plano_Safra_2017.pdf

RUFINO, G. L. **Uma Abordagem das Políticas Públicas na Agricultura Familiar**: Um Estudo de Caso no Município de Itaporanga - PB. Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, Patos- PB, 2016. Acesso em 27/01/2018. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/10693>

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. **Histórico, Caracterização e Dinâmica Recente do Pronaf- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre, 2004, p. 21-50. Acesso em 27/01/2018. Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Sergio_Schneider/publication/269576454_Historico_caracterizacao_e_dinamica_recente_do_Pronaf_-_Programa_nacional_de_fortalecimento_da_agricultura_familiar/links/5645226708aef646e6cc2059/Historico-caracterizacao-e-dinamica-recente-do-Pronaf-Programa-nacional-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar.pdf

SCHORÖDER, M. **Políticas Públicas e Agricultura Familiar no Brasil**: Inovações Institucionais a Partir do Pronaf. In. 34º Encontro Anual da ANPOCS. Seminário Temático 19. Out 2010. Acesso em 22/04/2018. Disponível em: [file:///C:/Users/Marcelo/Downloads/MSchroder_Politicass%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Marcelo/Downloads/MSchroder_Politicass%20(1).pdf)

SEAD, Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2017 **O que é a Agricultura Familiar**. Acesso em 14/07/2017. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>

_____. **Pronaf 20 Anos**. 2015. Acesso em 14/06/2018. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/PRONAF_20_ANOS_VALTE_R_BIANCHINI.pdf

SILVA, C. R.; GOBBI, B. C.; SIMÃO, A. A. **O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa**: descrição e aplicação do método In: Organ. Rurais agroind. Lavras (MG), n. 1, v. 7, p. 70-81, 2005. Acesso em 16/06/2018. Disponível em: https://ageconsearch.umn.edu/bitstream/44035/2/revista_v7_n1_jan-abr_2005_6.pdf

SILVA, H. A.; FOSSÁ, M.I.T. Análise de Conteúdo: Exemplos de Aplicação da Técnica para Análise de Dados Qualitativos. 2015. **Qu@litas Revista Eletrônica** ISSN 1677 4280 Vol.17. No 1. Acesso em 16/06/2018. Disponível em: <file:///C:/Users/Marcelo/Downloads/2113-7552-1-PB.pdf>

SILVA PEREIRA, Sandro 2008. **Políticas Públicas e Agricultura Familiar**: Uma Abordagem Territorial do Pronaf no Médio Jequitinhonha. Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, 2008. Acesso em 27/01/2018. Disponível em: <http://www.locus.ufv.br/handle/123456789/3238>

SOARES, I. F.; MELO, A. C.; CHAVES, A. D. C. **Agricultura Familiar**: Uma Alternativa para o Desenvolvimento Sustentável no Município de Condado - PB. 2009. INFOTECNARIDO, Mossoró – RN – Brasil. v.3, n.1, p.56-63, janeiro/dezembro. Acesso em 03/03/2018. Disponível em: <http://www.gvaa.com.br>

SOUZA, R.B. de e TARGINO, I. **Perfil da Produção Familiar Rural na Paraíba**. In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo, 2009, pp. 1-29. Acesso em 27/01/2018. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Sousa_RB.pdf

TEIXEIRA M. N. **O sertão Semiárido. Uma relação de sociedade e natureza numa dinâmica de organização social do espaço**. Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 3. Setembro/Dezembro 2016. Acesso em 25/02/2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v31n3/0102-6992-se-31-03-00769.pdf>

TINOCO, S. T. J. **Conceituação de Agricultura Familiar**: uma revisão bibliográfica. 2008. Artigo em Hypertexto. Acesso em: 19/05/2018. Disponível em: <http://ifibe.edu.br/arq/201508131511581865597786.pdf>

ZAPPELLINI, M.B. FEUERSCHUTTE, S.G. **O Uso da Triangulação na Pesquisa Científica Brasileira e Administração**. Universidade do Estado de Santa Catarina – UESC. Administração: Ensino e Pesquisa, Rio de Janeiro, v. 16, n° 2 p. 241–273, 2015. Acesso em 27/01/2018. Disponível em: <file:///C:/Users/Marcelo/Downloads/238-358-2-PB.pdf>

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADO COM OS AGRICULTORES QUE ACESSAM O PRONAF SEMIÁRIDO

Limites e Potencialidades: ATOR SOCIAL: AGRICULTOR FAMILIAR

Categorias Analíticas:

ACESSO; formas de acessar o Pronaf Semiárido;

(01) Como o senhor(a) conheceu o PRONAF Semiárido? Como foi para conseguir contratar o financiamento?

(02) Do período que tomou conhecimento do PRONAF Semiárido até a sua contratação levou quanto tempo?

(03) O senhor(a) fez uso de parte do recurso disponível pelo Programa Semiárido além do investimento hídrico?

(04) Tem intenção de contratar um novo crédito Pronaf Semiárido?

(05) Existe alguma sugestão que possa melhorar o contrato/acesso ao Pronaf?

MONITORAMENTO; regularidade de informações e assistência técnica para o PRONAF SEMIÁRIDO;

(06) A Emater auxilia/ajuda na execução do programa de que forma?

(07) Quantas visitas técnicas foram realizadas desde a implantação da estrutura hídrica?

(08) Como são organizados as informações do financiamento?

(09) O senhor considera a presença do técnico importante para a execução do programa?

(10) Alguma sugestão que possa melhorar o monitoramento do programa?

RESULTADOS; resultados obtidos com a contratação do PRONAF SEMIÁRIDO;

(11) O que mudou na forma como o senhor(a) produz?

(12) Na sua opinião, qual o resultado mais importante na contratação do Pronaf Semiárido? Onde foi aplicado o recurso do financiamento?

(13) De que forma sua família foi beneficiada com o investimento?

(14) Como é feito processo de avaliação dos resultados do Programa?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA DIRECIONADO A EMATER-PB

Limites e Potencialidades: ATOR INSTITUCIONAL: EMATER-PB /CG

Categorias Analíticas:

ACESSO; Formas de acessar o PRONAF SEMIÁRIDO;

- (01) Como é apresentado o Pronaf Semiárido ao agricultor?
- (02) O que é necessário para contratar o financiamento Pronaf Semiárido?
- (03) O Pronaf Semiárido é um tipo de crédito complementar? Onde o agricultor pode acumular contratações de crédito?
- (04) Existe algum fator que limite o acesso ao programa Pronaf Semiárido?
- (05) Que ações são realizadas pela Emater no sentido de promover o Pronaf Semiárido?
- (06) Existe algum índice de renovação dos contratos do crédito Pronaf Semiárido?
- (07) Quais são os pontos positivos que facilitam o acesso ao Programa?

MONITORAMENTO; Regularidade de informações e assistência técnica para o PRONAF SEMIÁRIDO;

- (08) A Emater auxilia/ajuda na execução do programa de que forma?
- (09) De que forma o monitoramento do programa fortalece a agricultura familiar?
- (10) Quantas visitas técnicas são realizadas em média para contratação do Pronaf Semiárido?
- (11) Como são organizadas as informações do financiamento?
- (12) Porque a presença do técnico é importante para a execução do programa?
- (13) Que limitações podem ser apontadas para execução do monitoramento do Pronaf Semiárido?

RESULTADOS; Resultados obtidos com a contratação do PRONAF SEMIÁRIDO;

- (14) Onde geralmente são aplicados os recursos do financiamento Pronaf Semiárido?
- (15) O que muda na forma de produção com o financiamento Pronaf Semiárido?
- (16) Na sua opinião, qual o resultado mais importante na contratação do Pronaf Semiárido?
- (17) De que forma a família é beneficiada com o investimento?
- (18) Como é feito processo de avaliação dos resultados do Programa?